



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - <https://www.gov.br/ancine>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

PROCESSO Nº 01416.009508/2022-78

Torna-se público que a **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**, por meio da Coordenação de Licitações e Compras – CLC, sediada na Av. Graça Aranha, nº 35, Centro, Rio de Janeiro - RJ realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: Conforme publicado em Diário Oficial da União Horário: Conforme publicado em Diário Oficial da União

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por LOTE

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa de uma solução unificada para a renovação da infraestrutura de ativos de rede LAN, Local Area Network, com ferramentas de gerenciamento centralizado e de controles de segurança, para os escritórios da ANCINE localizados no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia prática (hands-on), garantia, suporte técnico e serviços continuados pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 As condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, estão descritos na tabela constante do item 1.3. do Termo de Referência, que integra o presente Edital.

1.3 A licitação será realizada em LOTE único, formado por 8 (oito) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3.1. O fato do lote 1 estar agrupado em itens, deve-se a necessidade de se ter total compatibilidade e aderência entre os equipamentos listados no termo de referência. Ademais, por se tratar de equipamentos de grande impacto para o funcionamento da infraestrutura de TI da ANCINE, é de vital importância que o suporte, a garantia e o atendimento sejam prestados pela mesma Licitante Vencedora, uma vez que isto facilita o diagnóstico e a pronta resolução de incidentes e problemas, caso venham a ocorrer.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ANCINE para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 20203/203003

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 13.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 4490.52.35 - R\$ 2.042.737,63

4490.40.05 - R\$ 188.050,00

3390.30.26 - R\$ 27.078,50

3390.40.22 - R\$ 92.000,00

PI: 222000EMATI - Aquisição de Material Permanente

222000ASOFT - Aquisição de Software Pronto

222000MCONS - Material de Consumo

222000IEQTI - Instalação de Equipamentos de TI

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como para bens e serviços produzidos no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

- 4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

- 4.4.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.6.3 que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que a solução é fornecida por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6.9 que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

4.6.1.3. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.

5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art, 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor discriminado dos itens para o LOTE1;

6.1.2 O valor global da proposta comercial corresponderá ao somatório dos preços globais de aquisição dos equipamentos, softwares e acessórios, em conjunto com o preço dos serviços de

transferência de tecnologia (hands-on) e instalação, além do valor correspondente aos 60 (sessenta) meses dos serviços continuados. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento da solução, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento do quanto demandado e executado, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos

da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer a solução nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos

contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.1.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.1.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$: 10,00 (dez reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço/menor desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
- 7.25.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
- 7.25.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 7.25.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- 7.25.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.
- 7.25.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.25.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.
- 7.25.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.25.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.25.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.25.1.3 caso esse direito não seja exercido.
- 7.25.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.
- 7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase

fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.27.1. por empresas brasileiras;

7.27.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços

global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da solução ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação,

pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários

à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar

patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. Caracterização do bom desempenho da Empresa Licitante.

9.11.1.1.2. Identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário.

9.11.1.1.3. Data de emissão do atestado.

9.11.1.1.4. Atendimento ao disposto no subitem 9.2 e 12 do Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

9.11.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

9.11.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

9.11.7.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento da solução;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. Tratando-se de licitantes reunidas em consórcios, serão observadas as seguintes exigências:

9.13.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresa que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.13.2. apresentação de documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.13.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.13.4. demonstração, pelo consorcio, pelo somatório de valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequena empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

9.13.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.13.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.13.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato;

9.13.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

9.14. auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.22. A integralidade dos documentos de habilitação será divulgada no sistema (Portal de Compras do Governo Federal), haja vista o interesse dos demais participantes, bem como da sociedade ao acesso e fiscalização dos requisitos de habilitação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, ITEM 25.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é o previsto no contrato.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, ITEM 19, anexo a este Edital.

17. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O modelo de gestão do contrato, contemplando os critérios de recebimento e aceitação do objeto, os procedimentos de testes e inspeção e os critérios de fiscalização, estão previstos no Termo de Referência, ITEM 13.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. Cumprir os requisitos de segurança da informação e de proteção de dados estabelecidos no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

18.2. As demais obrigações (deveres e responsabilidades) da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, ITENS: 10 e 11.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, ITEM 16, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. não manter a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

- 20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e quando não houver disposição específica no Termo de Referência, às seguintes sanções:
- 20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@ancine.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Graça Aranha, nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-002.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico o www.ancine.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Av. Graça Aranha, nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-002, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2. ANEXO II – A - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

22.12.3. ANEXO II-B - Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes

22.12.4. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.5. ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;

22.12.6. ANEXO V – Atestado de Vistoria;

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2022.

OTÁVIO ALBUQUERQUE RITTER DOS SANTOS

Secretário de Gestão Interna Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Albuquerque Ritter Dos Santos, Secretário de Gestão Interna, Substituto(a)**, em 19/12/2022, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2654571** e o código CRC **1397792E**.

0.1.

Referência: Processo nº 01416.009508/2022-78

SEI nº 2654571

ANEXO II-A

PREGÃO Nº 17/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0XX/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01416.009508/2022-78

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, autarquia federal de natureza especial instituída pela Medida Provisória 2228-1, de 06 de setembro de 2001, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.884.574/0001-20, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graça Aranha n.º 35, Centro, CEP 20030-002, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, estabelecida na Cidade de X/XX, na Rua XXXX, bairro Y, CEP XXXXXX doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2022, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante denominado TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012 que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação Sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem

computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e

prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas,

coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as

de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I** – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II** – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III** – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV** – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V** – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI** – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII** – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII** – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas

originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2021.

DE ACORDO:

XXXXXXX

Diretor-Presidente

XXXXXX

Agência Nacional do Cinema

XXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

ANEXO II-B

**PREGÃO Nº 17/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0XX/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01416.009508/2022-78**

<p>DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES</p>

DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) **[nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto]**, CPF _____, ocupante do cargo **[cargo que ocupa]** na empresa **[Nome (Razão Social) da empresa]**, CNPJ **[número do CNPJ da empresa]**, declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NA ANCINE**, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato n.º _____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

ANEXO IV – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
PREGÃO 17/2022
Processo nº 01416.009508/2022-78

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Lote	Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário (RS)	Valor total (RS)
1	1	3	Switch Core - 48 portas 1GE/10GE SFP+ fibra + 4 portas 40GE QSFP+ e cabo + fonte redundante		
	2	16	Switch Acesso - 48 portas MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 PoE++ (802.11bt) + 4 portas 10GE SFP+ fibra e cabo de energia		
	3	2	Roteador de borda - 8 portas 1GE + 4 portas 10GE + fonte redundante		
	4	144	Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 cabo de cobre		
	5	8	Cabo DAC 40GE QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros		
	6	16	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros		
	7	1	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros		
	8	1	Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)		
VALOR TOTAL					

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROCESSO N°: 01416.009508/2022-78

CONTRATO N°: XX/2022

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO N° /2022, QUE FAZEM ENTRE
SI A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE E
A EMPRESA**

A **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, por intermédio da Coordenação de Licitações e Compras – CLC, com sede na Avenida Graça Aranha, n° 35, Centro, CEP 20030-002, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n° 04.884.574/0001-20, neste ato representada pelo Diretor-Presidente **ALEX BRAGA MUNIZ**, nomeado pelo, publicado no Diário Oficial da União de ... de ... de, portador da matrícula funcional n°, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a)inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n°, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), conforme atos constitutivos da empresa/procuração constante dos autos, tendo em vista o que consta no **Processo n° 01416.009508/2022-78** e em observância às disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei n° 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n° 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME n° 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG n° 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão n°/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços continuados para *solução unificada para a renovação da infraestrutura de ativos de rede LAN, Local Area Network, com ferramentas de gerenciamento centralizado e de controles de segurança, para os escritórios da ANCINE localizados no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia prática (hands-on), garantia e suporte técnico, por 60 (sessenta) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.*

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. *Características do objeto da contratação:*

Lote	Item	Descrição	Quantidade Estimada				
			Unidade	Total Consolidado	Unidade Graça Aranha	Unidade Augusto Severo	Unidade Brasília/DF
1	1	Switch Core - 48 portas 1GE/10GE SFP+ fibra + 4 portas 40GE QSFP+ e cabo + fonte redundante	Un	3	2	1	0
	2	Switch Acesso - 48 portas MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 PoE++ (802.11bt) + 4 portas 10GE SFP+ fibra e cabo de energia	Un	16	14	0	2
	3	Roteador de borda - 8 portas 1GE + 4 portas 10GE + fonte redundante	Un	2	1	1	0
	4	Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 cabo de cobre	Un	144	96	48	0
	5	Cabo DAC 40GE QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros	Um	8	8	0	0
	6	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros	Un	16	14	0	2
	7	Solução de monitoramento e de gerência dos ativos de rede	Un	1			
	8	Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)	Un	1			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O fornecimento da solução será iniciado em _____ (*indicar a data ou evento para o início do fornecimento*), cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.
- 2.2. O prazo de vigência deste Contrato é de 60 (sessenta), contados a partir da implantação dos ativos de rede, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../..... envolvendo garantia dos equipamentos, transferência de tecnologia (hands-on) e suporte técnico durante todo o período de vigência, nos termos do item 5.11. do Termo de Referência
- 2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... ()

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ANCINE, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 20203/203003

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 13.122.0032.2000.0001
Elemento de Despesa: 4490.52.35 - R\$ 2.042.737,63
4490.40.05 - R\$ 188.050,00
3390.30.26 - R\$ 27.078,50
3390.40.22 - R\$ 92.000,00

PI: 222000EMATI - Aquisição de Material Permanente

222000ASOFT - Aquisição de Software Pronto

222000MCONS - Material de Consumo

222000IEQTI - Instalação de Equipamentos de TI

Nota de Empenho: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, emitida em de de 202..,

no valor de R\$: XX,XX (..)

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

5.2. A emissão das Notas Fiscais/Faturas será dividida em duas fases, sendo a primeira precedida do recebimento das licenças (itens 1 e 3) e a segunda precedida do recebimento definitivo dos serviços (itens 2 e 4), conforme Termo de Referência;

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1. o prazo de validade;

5.4.2. a data da emissão;

5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4. o período de prestação dos serviços;

5.4.5. o valor a pagar; e

5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será

efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

5.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	--

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. Nos termos do item 19 do Termo de Referência, os preços contratados são fixos e irreeajustáveis durante a vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do §2º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

7.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

7.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;

7.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

7.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

7.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo

Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

7.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data em que for notificada;

7.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

7.12. Será considerada extinta a garantia:

7.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

7.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução do contrato, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital, destacando-se às previsões insertas no item 13 do Termo de Referência, no que tange às seguintes etapas:

8.1.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO, subitem 13.1;

8.1.2. SUPORTE TÉCNICO, subitem 13.2;

8.1.3. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, subitem 13.3;

8.1.4. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO, subitem 13.4;

8.1.5. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE, subitem 13.5;

8.1.6. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO, subitem 13.6;

8.1.7. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA, subitem 13.7;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo

para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.1.5. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

9.1.6. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.7. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

9.2.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do período de contrato;

9.2.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.10. Deverá ficar a cargo da CONTRATADA o suporte e a garantia de atualização de versão do software;

9.2.11. Declarar, sob as penas da lei, a não ocorrência de "registro de oportunidade", de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa

para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993";

- 9.2.11.1.** Entende-se como registro de oportunidade, nos termos do Acórdão nº 2569/2018 – TCU – Plenário, o "oferecimento de registro a um revendedor para que este obtenha privilégios para manter o relacionamento, fazendo com que outras vendas ligadas ao mesmo fabricante não se envolvam em negociações com a mesma organização, para praticar descontos ou preços diferenciados".
- 9.2.12.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.2.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 9.2.14.** Informar por escrito a respeito de quaisquer anormalidades que ponham em risco a execução dos serviços, permitindo a tomada das ações corretivas necessárias;
- 9.2.15.** Cumprir as diretrizes, normas e políticas de segurança corporativa da ANCINE;
- 9.2.16.** Obedecer a todas as normas sanitárias locais em decorrência da pandemia de COVID-19, devendo os funcionários alocados na prestação dos serviços atentarem para o uso constante de máscara de proteção, sem válvula, não sendo permitida a entrada nas dependências da ANCINE em caso de não obediência a tal regra;
- 9.2.17.** Avaliar todas as etapas, entregas e decisões tomadas em projeto a serem realizados, garantindo o sucesso do projeto, na sua qualidade e longevidade;
- 9.2.18.** Acompanhar todos os projetos desenvolvidos, garantindo que os projetos serão realizados de acordo com as visões de futuro (roadmap de evolução) dos produtos em questão;
- 9.2.19.** Apresentar, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, sua metodologia, documentação de requerimentos e procedimentos para execução dos testes, detalhando fases, procedimentos, produtos e responsáveis;
- 9.2.20.** Realizar a instalação das soluções nas dependências da CONTRATANTE no Rio de Janeiro/RJ e em Brasília/DF;
- 9.2.21.** Realizar reunião preliminar com a equipe técnica da CONTRATANTE para definir os serviços da instalação;
- 9.2.22.** Realizar a elaboração e a entrega de pré-projeto de instalação contendo as configurações principais a serem aplicadas e o cronograma de trabalho para aprovação da CONTRATANTE;
- 9.2.23.** Fornecer todos os trilhos, cabos, conectores, transceivers, manuais de operação e quaisquer outros componentes que sejam necessários à instalação, customização e plenas operação e produção de todos os equipamentos ora licitados;
- 9.2.24.** Caso haja necessidade de alterações nas configurações de rede da licitante, todos as configurações necessárias deverão ser planejadas, inclusive quanto aos comandos a serem executados, pela equipe da CONTRATADA, cabendo à ANCINE a mera execução da configuração solicitada pela licitada;
- 9.2.25.** Realizar, no mínimo, duas análises do ambiente no período de 90 (noventa) dias após a

implantação, devendo a primeira análise ocorrer após o 30º dia da conclusão da implementação e, a segunda análise, após 90º dia da implementação.

- 9.2.26. Cumprir os requisitos de segurança da informação e de proteção de dados estabelecidos no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a CONTRATADA que:

- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. Multa de:

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subTipo anterior ou de

10.2.2.3. inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.5. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

10.2.2.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 do Termo de Referência.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

10.5. Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

10.6. Tabela 2:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

10.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

10.9.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

10.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

10.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.4.4.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento da solução sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, de de 2022.

ALEX ALEX BRAGA MUNIZ

Diretor-Presidente

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO V
ATESTADO DE VISTORIA
PREGÃO 17/2022
PROCESSO Nº 01416.009508/2022-78

Empresa: _____

Responsável: _____

CPF: _____

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, Anexo I do edital, que foram vistoriados os locais onde serão executados os serviços e que somos detentores de todas as informações necessárias à elaboração da proposta.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Endereço: _____

Telefone: _____

Email: _____

O responsável pela vistoria consente que seu nome e o número de seu documento de identificação fiquem constando dos autos do processo de contratação e tem ciência de que esse processo é público.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL (REPRESENTANTE CREDENCIADO)

CARIMBO E ASSINATURA DO SERVIDOR DA ANCINE

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.009508/2022-78

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa de uma solução unificada para a renovação da infraestrutura de ativos de rede LAN, *Local Area Network*, com ferramentas de gerenciamento centralizado e de controles de segurança, para os escritórios da ANCINE localizados no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia prática (hands-on), garantia e suporte técnico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Esta renovação dos hardwares de rede engloba os switches core, distribuição e acesso, bem como os roteadores de borda e seus respectivos conectores e cabos, e todas as suas configurações e atualizações tecnológicas que envolvem sua implementação, para os prédios da ANCINE no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF.

1.3. As condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, estão descritos a seguir:

Tabela 1 – Características do Objeto da Contratação, quantidades e local de implantação

LOTE 1

Lote	Item	Descrição	Quantidade Estimada				
			Unidade	Total Consolidado	Unidade Graça Aranha	Unidade Augusto Severo	Unidade Brasília/DF
1	1	Switch Core - 48 portas 1GE/10GE SFP+ fibra + 4 portas 40GE QSFP+ e cabo + fonte redundante	Un	3	2	1	0
	2	Switch Acesso - 48 portas MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 PoE++ (802.11bt) + 4 portas 10GE SFP+ fibra e cabo de energia	Un	16	14	0	2
	3	Roteador de borda - 8 portas 1GE + 4 portas 10GE + fonte redundante	Un	2	1	1	0
	4	Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 cabo de cobre	Un	144	96	48	0
	5	Cabo DAC 40GE QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros	Un	8	8	0	0
	6	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros	Un	16	14	0	2
	7	Solução de monitoramento e de gerência dos ativos de rede	Un	1			
	8	Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)	Un	1			

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Aquisição de renovação e melhoria no ambiente de infraestrutura de redes de computadores da ANCINE.

2.2. A solução compreende a aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação: switches, roteadores, ferramenta de monitoramento, fontes e cabos, além dos serviços de instalação e configuração conforme discriminado e alocado na tabela 1 do item 1.3, com as seguintes características:

2.2.1. Lote 1:

2.2.1.1. Mínimo de 3 (dois) switches core de 48 portas 1G/10G SFP+, mais 4 (quatro) portas 40G QSFP+, e cabo para sua interligação, mais 1 (uma) fonte redundante.

2.2.1.2. Mínimo de 16 (dezesseis) switches de acesso de 48 (quarenta e oito) portas 1G/2.5G/5G/10G Ethernet RJ45 PoE++, mais 4 (quatro) portas 10G SFP+, e cabo para sua interligação, mais 1 (uma) fonte redundante.

2.2.1.3. Mínimo de 2 (dois) roteadores de borda, com 8 (oito) portas 1GE, mais 4 (quatro) portas 10GE SFP+, mais 1 (uma) fonte redundante.

2.2.1.4. Mínimo de 2 (dois) switches de acesso de 24 portas 1GE Ethernet RJ45, mais 4 (quatro) portas 10G SFP+.

2.2.1.5. Mínimo de 144 (cento e quarenta e quatro) módulos transceiver 1000BASE-T SFP para RJ45 categoria 5e/6.

2.2.1.6. Mínimo de 8 (oito) cabos DAC 40G QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros.

2.2.1.7. Mínimo de 16 (dezesseis) cabos DAC 10G SFP+, 10BASE-CU, com no mínimo 3 metros.

2.2.1.8. Solução de monitoramento e de gerência das redes.

2.2.1.9. Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on).

2.2.1.10. O lote 1 deverá ter suporte 8x5 *next business day* (próximo dia útil) pelo período de 60 (sessenta) meses.

2.2.1.11. Destaca-se, para os devidos fins, que a presente contratação se trata de uma solução de TIC única, conforme preconiza o inciso I do art. 3º da IN SGD/ME nº 01, de 2019.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A ANCINE é um órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica e, entre outros, seus objetivos são: estimular o desenvolvimento dessa indústria, promover a integração das atividades governamentais e a elas relacionadas, aumentar a competitividade do setor, promover a autossustentabilidade e a articulação dos vários elos de sua cadeia produtiva, estimular a universalização do acesso às obras cinematográficas e videofonográficas, especialmente as nacionais, e garantir a participação diversificada das obras estrangeiras no mercado brasileiro.

3.2. A crescente demanda por serviços e sistemas de TI prestados pelo ANCINE, tanto para seus

usuários internos como para os cidadãos, resulta no aumento da complexidade do ambiente tecnológico do ANCINE e, conseqüentemente, no aumento significativo das exigências relacionada ao ambiente de infraestrutura de redes, por onde trafegam as suas informações entre os Escritórios da ANCINE e o ambiente externo – Internet.

3.3. A evolução do ambiente computacional da ANCINE, com o aumento da utilização de sua rede corporativa e a necessidade de disponibilização de novos serviços aos usuários, demandará a expansão dos equipamentos de rede atualmente existentes. Ademais, observa-se que todos os ativos de rede da ANCINE encontram-se fora de garantia e suporte, podendo ocasionar em paradas e perdas de dados, caso não haja uma renovação do parque tecnológico de ativos de rede.

3.4. Por outro lado, a área de telecomunicações, passa por um período de inovação tecnológica sem precedentes, sobretudo em seu modelo convergente orientado a Tecnologia da Informação. Este modelo torna-se cada vez mais sólido, possibilitando o uso de voz, dados, vídeo e internet sobre uma mesma plataforma de rede de comunicação, integrando tecnologias e provocando mudanças nos paradigmas organizacionais. Com isso, a tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) poderá ser implementada sem adaptações na infraestrutura de redes da ANCINE. Além do uso da tecnologia de rede sem fio – wireless cada vez mais presente no ambiente corporativo, a qual demanda novos equipamentos com uma conectividade maior e que já é utilizada na Agência.

3.5. Diante deste cenário, para atendimento aos seus objetivos institucionais, tornam-se necessários um incremento e uma renovação da infraestrutura de rede LAN dos Escritórios da ANCINE. Neste caso, os escritórios Sede na Av. Graça Aranha e na Augusto Severo e o Escritório de Brasília/DF deverão ser contemplados, visto que atualmente, todos os ativos de rede (switches, roteadores e solução de gerenciamento), estão fora de garantia e obsoletos.

3.6. Com isto, a renovação da infraestrutura de ativos de rede da ANCINE deverá suportar as demandas reprimidas de serviços de rede cabeada, de rede sem fio e de aplicativos (VoIP, dados e imagem), que darão o suporte à realização das atividades desta Autarquia. A sua estrutura de rede local deverá dispor dos padrões de tecnologias focados nos requisitos de segurança, gerenciamento, escalabilidade e performance. Quanto à arquitetura adotada também deverá seguir os padrões de camadas de acesso, de distribuição e core, com a utilização de switches com a implementação de funcionalidades descritas no modelo OSI (interconexão de sistemas abertos).

3.7. O fato do lote 1 estar agrupado em itens, deve-se a necessidade de se ter total compatibilidade e aderência entre os equipamentos listados neste termo de referência. Ademais, por se tratar de equipamentos de grande impacto para o funcionamento da infraestrutura de TI da ANCINE, é de vital importância que o suporte, a garantia e o atendimento sejam prestados pela mesma Licitante Vencedora, uma vez que isto facilita o diagnóstico e a pronta resolução de incidentes e problemas, caso venham a ocorrer.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A descrição detalhada dos itens encontra-se discriminada no ANEXO I-A (Especificações Técnicas) deste documento.

5. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

5.1. Este projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional desta Agência aprovado pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) 2021-2022, acessado através do link: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acao-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/PDTICANCINE20212022v2.pdf#view>

5.2. Mais especificamente ao Plano de Ações de PDTIC: GC_G30, referente às descrições de ação “Aquisição de equipamentos de rede(switch)”;

5.3. O objeto da presente contratação, também está alinhado ao Plano de Transformação Digital da ANCINE e o link é o <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acao-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/ptd-plano-de-transformacao-digital-da-ancine-2021-2022> ;

5.4. Destaca-se que a presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD) da ANCINE, cujo detalhamento pode ser consultado na seção 6 do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (2021-2022) da ANCINE;

5.5. Ressalta-se que a contratação encontra-se no Documento de Formalização de Demanda - DFD 142/2022, sob a descrição “Solução para interconexão do ambiente computacional, através de ativos de rede”;

5.6. O objeto encontra-se registrado no ETP-Digital, sob a UASG 203003 e número 28/2022.

6. ESTIMATIVA DA DEMANDA

6.1. O quantitativo de ativos de rede mais a ferramenta de monitoramento e os seus conectores e cabos foram estimadas diante do cenário atual com seu incremento para prover da melhor forma a interconexão do ambiente computacional da ANCINE.

6.2. Há necessidade de contratação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação dos equipamentos de Tecnologia da Informação devido ao alto grau de especificidade e sensibilidade que esta contratação impõe. Para este item, trata-se de definição de escopo fechado, como um projeto a ser executado, por este motivo não é viável a estimativa de quantitativo.

7. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

7.1. Para que não haja nenhuma perda de eficiência, o lote 1 e seus itens, devem ser contratados pela mesma empresa, devido a necessidade de se ter total compatibilidade e aderência entre os equipamentos listados neste termo de referência. Ademais, por se tratar de equipamentos de grande impacto para o funcionamento da infraestrutura de TI da ANCINE, é de vital importância que o suporte, a garantia e o atendimento sejam prestados pela mesma Licitante Vencedora, uma vez que isto facilita o diagnóstico e a pronta resolução de incidentes e problemas, caso venham a ocorrer.

8. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

8.1. Melhorar substancialmente a qualidade da rede lógica e física de dados.

8.1.1. Como exemplo, haverá um incremento no desempenho na transmissão de dados entre as estações de trabalho e os servidores de rede e a Internet;

8.2. Garantir a disponibilidade da rede de dados e atender à demanda de crescimento.

8.3. Redução de falhas na transferência de dados.

- 8.4. Estabilidade na conexão com a Internet e Rede Local.
- 8.5. Substituir todos os equipamentos obsoletos e fora de garantia. Atualmente, todos os ativos de rede (switches, roteadores e solução de gerenciamento e segurança) estão fora de garantia e vários já obsoletos, sendo que alguns ativos de rede já estão apresentando defeitos de uso.
- 8.6. Maior capacidade de processamento de equipamentos de rede, com ambiente de redundância tanto para o acesso interno como para o acesso externo (Internet).
- 8.7. Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos via rede cabeada, sem fio (WIFI) e para futuras implementações de telefonia IP (VoIP).

9. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO:

9.1.1. A ANCINE é um órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica e, entre outros, seus objetivos são: estimular o desenvolvimento dessa indústria, promover a integração das atividades governamentais e a elas relacionadas, aumentar a competitividade do setor, promover a autossustentabilidade e a articulação dos vários elos de sua cadeia produtiva, estimular a universalização do acesso às obras cinematográficas e videofonográficas, especialmente as nacionais, e garantir a participação diversificada das obras estrangeiras no mercado brasileiro.

9.1.2. Para atendimento aos seus objetivos institucionais, a ANCINE necessita que sua infraestrutura de ativos de rede esteja em pleno funcionamento, com as boas práticas de transmissão de dados entre os ambientes internos e externos (Internet). Diante disso, esses requisitos têm como objetivo garantir a prestação de serviços com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais.

9.1.3. Atualmente, observa-se que todos os ativos de rede da ANCINE estão fora de garantia e suporte, e encontram-se obsoletos, sendo que alguns equipamentos já estão apresentando defeitos de uso, podendo ocasionar em paradas e perdas de dados, caso não haja uma renovação do parque tecnológico de ativos de rede.

9.1.3.1. Nesta mesma esteira, a SGI/GTI/CIS vem planejando uma série de iniciativas no sentido de proporcionar, a curto prazo, um ambiente de melhoria da infraestrutura de redes para uma garantia da continuidade na entrega dos serviços ora disponíveis para a sociedade.

9.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

9.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.2.2. Considerar-se-á como compatível com o objeto desta licitação:

9.2.3. LOTE 1: O fornecimento de switches, roteadores, conectores, cabos, ferramenta de monitoramento, gerenciamento e segurança do ambiente das redes de computadores, bem como, serviço de melhores práticas, configuração, migração, implantação e transferência de tecnologia (hands-on) da solução, com configurações similares.

9.2.4. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

9.2.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

9.2.7. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da licitante vencedora. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela licitante vencedora, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da licitante vencedora.

9.3. REQUISITOS LEGAIS

9.3.1. Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

9.3.2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

9.3.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

9.3.4. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

9.3.5. Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

9.3.6. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que dispõe sobre “Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.”;

9.3.7. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;

9.3.8. Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018;

9.3.9. Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018;

9.3.10. Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

9.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

9.4.1. A presente licitação contempla suporte proativo 8x5 *next business day* (próximo dia útil) por 60 (sessenta) meses para o LOTE 1, ou seja, quaisquer necessidades de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa já serão amplamente contempladas em Termo de Referência.

9.5. REQUISITOS TEMPORAIS

9.5.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade e os níveis de serviços, sem ônus para ANCINE, durante a vigência do contrato;

9.5.2. A CONTRATADA deve atuar respeitando todos os prazos definidos neste Termo de Referência e outros a serem definidos pela CONTRATANTE conforme a necessidade do negócio.

9.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

9.6.1. A CONTRATADA se compromete a manter em caráter confidencial, mesmo após o término

do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso;

9.6.2. Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pela ANCINE, incluindo, todavia não se limitando, ao definido na RDC 63/2014 que define a Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANCINE (POSIC) e suas Normas complementares, durante a execução dos serviços nas instalações da ANCINE;

9.6.3. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos à ANCINE e a terceiros;

9.6.4. A CONTRATADA será responsabilizada pelo não cumprimento de todas as políticas e normas técnicas e administrativas da ANCINE descritas neste Termo de Referência;

9.6.5. Devem ser utilizadas ferramentas de proteção e segurança de informações, a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos seus sistemas ou softwares, seja em relação aos que eventualmente estejam sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados à ANCINE, ainda que por meio de link;

9.6.6. Durante a execução do serviço a CONTRATADA deve observar as metodologias, processos, procedimentos, padrões e instruções de trabalho da CONTRATANTE ou por ela indicado.

9.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

9.7.1. A prestação de serviços objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação;

9.7.2. A documentação das atividades e documentos produzidos pela CONTRATADA deverá estar em língua portuguesa de forma clara, objetiva e gramaticalmente correta, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

9.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

9.8.1. O objeto da presente licitação deverá ser compatível e completamente integrável aos equipamentos, softwares e sistemas atualmente utilizados no ambiente computacional da CONTRATANTE. A fim de confirmar a compatibilidade da solução ofertada à realidade atual da ANCINE, é possível a realização de vistoria prévia, conforme previsão no item 26 deste Termo de Referência.

9.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

9.9.1. Os requisitos de projeto e de implementação estão amplamente disciplinados nos itens 2, 4 e 8 deste Termo de Referência e no ANEXO I-A.

9.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

9.10.1. Os requisitos de projeto e de implantação estão amplamente disciplinados nos itens 2, 4 e 8 deste Termo de Referência e no ANEXO I-A.

9.11. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

9.11.1. Os requisitos de garantia e manutenção estão amplamente disciplinados nos itens 2, 4 e 8 deste Termo de Referência e no ANEXO I-A.

9.12. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

9.12.1. Os requisitos de experiência profissional dos licitantes seguem disciplinados nos itens 9.2 e 12 deste Termo de Referência e no ANEXO I-A.

9.13. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

9.13.1. Os requisitos de formação da equipe da licitante seguem disciplinados nos itens 9.2 e 12 deste Termo de Referência e no ANEXO I-A.

9.14. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

9.14.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

9.14.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017;

9.14.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA (nota fiscal, fatura ou equivalente) que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

9.14.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.14.5. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII (Da fiscalização técnica administrativa) da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.5. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

10.6. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.7. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993; 10.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 11.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do período de contrato;
- 11.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.10. Deverá ficar a cargo da CONTRATADA o suporte e a garantia de atualização de versão do software;
- 11.11. Declarar, sob as penas da lei, a não ocorrência de "registro de oportunidade", de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993";
- 11.11.1. Entende-se como registro de oportunidade, nos termos do Acórdão nº 2569/2018 – TCU – Plenário, o "oferecimento de registro a um revendedor para que este obtenha privilégios para manter o relacionamento, fazendo com que outras vendas ligadas ao mesmo fabricante não se envolvam em negociações com a mesma organização, para praticar descontos ou preços diferenciados".
- 11.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 11.14. Informar por escrito a respeito de quaisquer anomalias que ponham em risco a execução dos serviços, permitindo a tomada das ações corretivas necessárias;
- 11.15. Cumprir as diretrizes, normas e políticas de segurança corporativa da ANCINE;
- 11.16. Obedecer a todas as normas sanitárias locais em decorrência da pandemia de COVID-19, devendo os funcionários alocados na prestação dos serviços atentarem para o uso constante de máscara de proteção, sem válvula, não sendo permitida a entrada nas dependências da ANCINE em caso de não obediência a tal regra;
- 11.17. Avaliar todas as etapas, entregas e decisões tomadas em projeto a serem realizados, garantindo o sucesso do projeto, na sua qualidade e longevidade;
- 11.18. Acompanhar todos os projetos desenvolvidos, garantindo que os projetos serão realizados de acordo com as visões de futuro (*roadmap* de evolução) dos produtos em questão;
- 11.19. Apresentar, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, sua metodologia, documentação de requerimentos e procedimentos para execução dos testes, detalhando fases, procedimentos, produtos e responsáveis;
- 11.20. Realizar a instalação das soluções nas dependências da CONTRATANTE no Rio de Janeiro/RJ e em Brasília/DF;
- 11.21. Realizar reunião preliminar com a equipe técnica da CONTRATANTE para definir os serviços da instalação;
- 11.22. Realizar a elaboração e a entrega de pré-projeto de instalação contendo as configurações principais a serem aplicadas e o cronograma de trabalho para aprovação da CONTRATANTE;
- 11.23. Fornecer todos os trilhos, cabos, conectores, transceivers, manuais de operação e quaisquer outros componentes que sejam necessários à instalação, customização e plena operação e produção de todos os equipamentos ora licitados;
- 11.24. Caso haja necessidade de alterações nas configurações de rede da licitante, todos as configurações necessárias deverão ser planejadas, inclusive quanto aos comandos a serem executados, pela equipe da CONTRATADA, cabendo à ANCINE a mera execução da configuração solicitada pela licitada;
- 11.25. Realizar, no mínimo, duas análises do ambiente no período de 90 (noventa) dias após a implantação, devendo a primeira análise ocorrer após o 30º dia da conclusão da implementação e, a segunda análise, após 90º dia da implementação.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.1. LOTE 1
- 12.1.1. Caberá à licitante vencedora a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de Capacidade Técnica a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante na prestação de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto ora contratado.
- 12.1.1.1. A licitante vencedora deverá considerar os serviços profissionais do fabricante ou terceirizadas que possuam profissionais com certificações aderentes aos equipamentos ofertados. Estas certificações deverão ser comprovadas através de cópia do registro dos certificados dos profissionais responsáveis pela execução do projeto
- 12.1.2. Define-se como serviço compatível ao objeto desta contratação:
- 12.1.2.1. Serviços prestados por meio de atendimento de demandas.
- 12.1.2.2. Serviços mensurados, controlados e validados por meio de Acordo de Níveis de Serviço,

apurados através de indicadores de desempenho.

- 12.1.2.3. Executou a instalação e configuração de equipamentos de rede.
- 12.1.2.4. Executou a implantação e configuração de solução de monitoramento e gerenciamento de ativos de rede
- 12.1.2.5. Forneceu pelo menos 30% de cada um dos itens que fazem parte deste Termo de Referência.
- 12.1.2.6. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência.
- 12.1.2.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução.
- 12.1.2.8. Os atestados de Capacidade Técnica apresentados serão objetos de diligência para verificação de autenticidade de seu conteúdo, momento em que serão solicitados ao emitente dos atestados documentos e evidências que descrevam e comprovem a execução dos serviços ali declarados.
- 12.1.2.9. As especificações técnicas exigidas dos itens do lote 1 deverão ser comprovadas mediante apresentação de tabela, a qual deverá demonstrar o atendimento de cada um dos requisitos listados, indicando a documentação técnica oficial do fabricante que embase tal cumprimento, tais como: manuais, folders e/ou outros documentos válidos, inclusive com destacamento de documento, página e parágrafo, conforme modelo abaixo.
- 12.1.2.10. Em caso de não apresentação da tabela ou não comprovação dos itens, a empresa será desclassificada.

REQUISITO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	PÁGINA/PARÁGRAFO
Número do Requisito	Descrição Técnica do Requisito	Nome do documento ou link Internet	Localização da comprovação do documento

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

13.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

13.1.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do fim da vigência do atual contrato ou em outra data previamente acordada entre CONTRATANTE e CONTRATADA, sempre respeitado o prazo mínimo de dez dias da publicação da assinatura do contrato;

13.1.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.1.4. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

13.1.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

13.1.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

13.1.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

13.1.8. Em hipótese nenhuma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

13.1.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

13.1.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

13.1.11. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.1.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.1.13. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

13.1.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

13.1.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. SUPORTE TÉCNICO

13.2.1. LOTE 1

13.2.1.1. O suporte técnico deverá se dar durante todo o período do contrato, ou seja, 60 (sessenta) meses, com cobertura 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana). Caso seja necessário a troca de equipamento, a cobertura será no próximo dia útil (*next business day*);

13.2.1.2. Esse serviço deverá ser feito sem qualquer ônus adicional para ANCINE;

13.2.1.3. O suporte técnico deverá ser acionado por meio de ligação gratuita ou ligação local da cidade solicitante, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela Internet. No momento de abertura do

chamado deverá ser fornecido à ANCINE um número único de identificação do chamado;

13.2.1.4. Os chamados, bem como as providências tomadas, devem ser armazenados em sistema da Licitante Vencedora para controle de chamados. Esse sistema deverá estar disponível à ANCINE e ter capacidade de apresentar número do chamado, data e hora de abertura, nome da pessoa que abriu e do técnico alocado, bem como as atividades executadas, data e hora de fechamento do chamado e resolução aplicada. Os chamados somente poderão ser fechados após autorização do solicitante;

13.2.1.5. O início do atendimento ao chamado técnico não poderá ultrapassar o prazo de 36 (trinta e seis) horas, contados a partir da comunicação do feito por parte da ANCINE, que poderá ocorrer a qualquer hora, e a resposta sobre a solução dada no prazo de até 02 (duas) horas, contado a partir do início do atendimento. Para esta finalidade, entende-se por: início do atendimento - a hora que o técnico acusou o recebimento da comunicação de falha; e término do atendimento - a resposta com a solução para o problema apresentado;

13.2.1.6. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pela Gerência de Tecnologia da Informação (SGI/GTI) ou por servidor designado para esse fim;

13.2.1.7. A partir da data do aceite definitivo, tem início o período de garantia com suporte técnico.

13.3. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.3.1. LOTE 1

13.3.1.1. Os equipamentos devem possuir garantia de 60 (sessenta) meses com um período de disponibilidade para a chamada de manutenção 24 horas por dia, 7 dias por semana com prazo para envio de peças ou troca até o próximo dia útil subsequente à abertura do chamado técnico.

13.3.1.2. A garantia poderá ser do fabricante ou da contratada.

13.3.1.3. A contratante poderá abrir chamados de manutenção diretamente no Fabricante dos equipamentos do item sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da contratada. Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software.

13.3.1.4. Deverá ser garantido à contratante o pleno acesso ao site do Fabricante dos equipamentos e softwares. Esse acesso deve permitir consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários relacionadas aos equipamentos e softwares especificados, além de permitir downloads de quaisquer atualizações de software ou documentação deste produto.

13.3.1.5. A Licitante Vencedora deverá garantir as atualizações de versões de software e firmware por um período de 60 (sessenta) meses, a contar da data de recebimento definitivo das licenças.

13.3.1.6. A garantia de assistência técnica dos softwares licenciados consiste na reparação de eventuais falhas de funcionamento, obrigando-se a Licitante Vencedora a:

13.3.1.6.1. Efetuar, também, sem ônus para ANCINE, o acesso às versões de softwares e firmwares objeto da subscrição de suporte, com o objetivo de corrigir eventuais falhas e/ou incompatibilidade dos mesmos com o ambiente atualmente instalado, observadas as recomendações constantes dos manuais e das normas técnicas específicas para cada caso;

13.3.1.6.2. A Licitante Vencedora deverá disponibilizar canais de acesso via web ou telefone, através de ligação gratuita ou ligação local da cidade solicitante, diretamente do fabricante da solução no Brasil, durante 60 (sessenta) meses.

13.3.1.7. Compromete-se também a Licitante Vencedora, durante o período de garantia e/ou do contrato, a fornecer ou disponibilizar para "Download" todas as atualizações, firmwares ou releases de software de quaisquer dos itens que compõem o objeto, sem quaisquer ônus adicionais para ANCINE.

13.4. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO

13.4.1. A Licitante Vencedora entregará a ANCINE a documentação técnica completa e atualizada de todos os itens e componentes do objeto, contendo manuais técnicos, certificados de garantia e autenticidade, guias de instalação, inicialização, operação, adequação, mensagens auxiliares para solução de problemas, diagnósticos, especificações e outros pertinentes, todos redigidos em português do Brasil ou em inglês, apenas quando a versão em português não existir;

13.4.2. Será permitido à Licitante Vencedora entregar os documentos em meio eletrônico, apenas quando a versão impressa não existir;

13.4.3. Somente será emitido o ACEITE DO OBJETO DEFINITIVO após a conclusão da verificação da conformidade dos itens às especificações disciplinadas em Termo de Referência;

13.4.4. Os itens do objeto serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

13.4.5. Os itens do objeto poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

13.4.6. Os itens do objeto, para o LOTE 1, deverão ser recebidos definitivamente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias (contados desde a assinatura do contrato, passando pelo recebimento provisório), após a verificação da qualidade e quantidade dos bens, dos serviços executados e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

13.4.6.1. Diante da falta de insumos mundial para a fabricação de equipamentos eletrônicos, em especial para equipamentos de rede como switches e roteadores, objeto desta contratação, admite-se uma tolerância de mais 90 (noventa) dias após o término máximo do item 13.4.6..

13.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

13.4.8. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;

13.4.9. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.4.10. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura.

13.5. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

13.5.1. O quantitativo de recursos a serem adquiridos foram estimados com base no histórico de utilização da infraestrutura de redes, bem como seu incremento visando a melhor eficiência nas entregas futuras para o ambiente computacional da ANCINE.

13.6. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

13.6.1. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

13.6.1.1. Ofício;

13.6.1.2. Ata de reunião;

13.6.1.3. Carta;

13.6.1.4. E-mail institucional/corporativo;

13.6.1.5. Demais termos previstos no instrumento convocatório.

13.6.2. A comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverá dar-se preferencialmente via e-mail, podendo utilizar-se de ofício quando o caso assim requerer e a comunicação não for urgente;

13.6.3. A CONTRATADA deverá repassar a CONTRANTE ao menos 02 endereços de e-mail para contato.

13.7. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

13.7.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1.1. Os critérios de aceitação dos serviços prestados serão baseados nos pré-requisitos estipulados no item 4 em sua integralidade, no presente Termo de Referência.

14.2. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

14.2.1. Os procedimentos de teste e inspeção do objeto serão baseados nos pré-requisitos estipulados no item 4 em sua integralidade, no presente Termo de Referência, e mediante os níveis de serviço especificados no item 14.3.

14.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

14.3.1. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados a prestação de serviços, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade e segurança;

14.3.2. Os indicadores e as metas foram definidos de acordo com a natureza e característica de cada serviço e expressos em unidade de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas, números que expressam quantidades físicas, dias úteis. As metas devem ser medidas do primeiro ao último dia de cada mês;

14.3.3. A frequência de avaliação e aferição dos níveis de serviço deverá ser mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial de serviços, apresentando-o ao CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço. Deverão constar, nesse relatório, os indicadores/metodologias do acordo de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão acordados entre as partes;

14.3.4. Para mensurar esses fatores, serão considerados os seguintes indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA, conforme definidos a seguir:

14.3.4.1. **ICA** - Índice de Chamados Atendidos (Meta: 98%). Descrição: percentual de chamados atendidos dentro de 10 (dez) minutos em relação ao total de chamados recebidos no mês;

14.3.4.2. **ICR** - Índice de Chamados Resolvidos (Meta: 98%). Descrição: percentual de chamados resolvidos dentro do ANS em relação ao total de chamados recebidos no mês;

14.3.4.3. **IDE** - Índice de Disponibilidade do Portal de Suporte da Fabricante (Meta: 98%). Descrição: percentual de disponibilidade do portal de suporte no mês;

14.3.5. Caso a CONTRATADA não atinja a meta dos índices relacionados no item anterior, deverá efetuar a aplicação das glosas sobre cada indicador em percentuais definidos conforme as regras a seguir:

14.3.5.1. Baixo Impacto: incidirá glosa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da fatura do mês da ocorrência e da obrigação para o não cumprimento do requisito;

14.3.5.2. Médio Impacto: incidirá glosa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês da ocorrência e da obrigação para o não cumprimento do requisito;

14.3.5.3. Alto Impacto: incidirá glosa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura do mês da ocorrência e da obrigação para o não cumprimento do requisito.

14.3.6. Os indicadores percentuais definidos, acima, podem ser acumulativos na aplicação de glosas no faturamento mensal, porém com limitação ao percentual máximo de 20% (vinte por cento).

INDICADOR	META	IMPACTO		
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
ICA	98%	95% a < 98%	< 95% a ≥ 90%	< 90%
ICR	98%	95% a < 98%	< 95% a ≥ 90%	< 90%
IDE	98%	95% a < 98%	< 95% a ≥ 90%	< 90%

14.3.7. As métricas para os chamados de atendimento serão contadas a partir da abertura dos chamados de suporte técnico. Serão considerados para efeitos os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) exigidos no Prazo de Atendimento e o Prazo de Solução Definitiva:

14.3.7.1. Prazo de Atendimento: tempo decorrido entre abertura do chamado efetuado pela equipe técnica da CONTRATANTE à CONTRATADA, ou abertura de chamado automática efetuada pela CONTRATADA e o efetivo início dos trabalhos de manutenção corretiva;

14.3.7.2. Prazo de Solução Definitiva: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da CONTRATANTE à CONTRATADA e a efetiva recolocação do serviço em pleno estado de funcionamento.

14.3.8. A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na central de atendimento disponibilizada pela CONTRATADA ou abertura automática

de chamado pela CONTRATADA, até o momento da comunicação da solução definitiva e aceite pela equipe técnica da CONTRATANTE;

14.3.9. A CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA, quando da reunião de alinhamento de expectativas, relação nominal da equipe técnica autorizada a abrir e fechar chamados de suporte técnico.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a CONTRATADA que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa de:

15.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subTipo anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

15.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

15.5. **Tabela 1:**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

15.6. **Tabela 2:**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

15.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

15.9.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

15.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

15.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

15.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. Este recebimento definitivo do serviço será confirmado através do ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO;

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da

situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

16.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$	$I = 0,00016438$
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. ESTIMATIVAS DE PREÇO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.349.866,13 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e treze centavos) conforme Pesquisa de Preços (SEI número 2626960).

17.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Ancine, conforme abaixo:

17.2.1. Orçamento Ancine 2022: R\$ 2.349.866,13.

17.3. O valor foi obtido a partir de consulta ao Painel de Preços do Ministério da Economia, em Atas de Registro de Preços e em consulta a fornecedores, em alinhamento ao disposto na IN 73, de 05 de agosto de 2020.

18. DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

18.1. O prazo de vigência para o lote 1 será de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art.57, IV, da lei 8.666/93.

19. DO REAJUSTE DE PREÇOS

19.1. Os preços celebrados em contrato serão fixos e irrevogáveis.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- 20.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;
- 20.1.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital;
- 20.1.3. Por se tratar de bem comum, a modalidade de licitação será o Pregão Eletrônico, conforme determina o art. 3º, II, do Decreto nº 10.024/2019;
- 20.1.4. O tipo de licitação será o de menor preço por LOTE;
- 20.1.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital;
- 20.1.6. O regime de execução será a empreitada por preço GLOBAL.
- 20.2. JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
- 20.2.1. Quando das propostas, os licitantes devem observar as seguintes condições:
- 20.2.1.1. Declarar expressamente que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhista, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto;
- 20.2.1.2. Será assegurado o direito de preferência previsto no art. 3º, da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010;
- 20.2.1.3. Mantido o eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens: a) Produzidos no País; b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 20.3. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO
- 20.3.1. Observam-se os REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO da empresa, já destacados nos itens 9.2 e 12 deste Termo de Referência.

21. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. Trata-se de aquisição de bens e serviços, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;
- 21.2. Os bens e serviços constantes do objeto, por suas características, classificam-se como **comuns**, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado e que estão descritos neste Termo de Referência e ANEXO I-A (Especificações Técnicas), e no Edital, nos termos do Art. 9º, § do Decreto 7.174/2010. Outrossim, existem diversos fornecedores capazes de prestá-los.
- 21.3. A contratação enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;
- 21.4. A contratação em tela não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 21.5. O objeto da contratação enquadra-se como Solução de TIC;
- 21.6. O objeto não se encontra presente no Catálogo de Soluções de TIC, publicado pelo SISP.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

- 22.1. É vedada a subcontratação do LOTE 1 deste Termo de Referência.
- 22.2. A impossibilidade de subcontratação, para o LOTE 1, não está restringindo a competitividade do certame e não traz prejuízos, uma vez que há no mercado número suficiente de fornecedores capazes de executar o objeto em sua totalidade.
- 22.3. Adicionalmente, será admitida a participação de sociedades em consórcio, por aumentar a competitividade do certame, e também, não representar qualquer prejuízo à contratação. Nesse caso, será exigida de todas as consorciadas a assinatura do Termo de Confidencialidade pelo respectivo representante legal, conforme modelos anexados ao Edital.

23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 24.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto, nos termos abaixo;
- 24.2. No prazo de até 05(cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 24.2.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação acima, e da inspeção minuciosa do objeto ofertado;
- 24.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do objeto do contrato;
- 24.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura.
- 24.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;
- 24.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

25. GARANTIA DA EXECUÇÃO

25.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do §2º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

25.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

25.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

25.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;

25.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

25.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

25.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

25.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

25.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

25.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

25.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

25.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

25.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

25.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

25.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

25.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data em que for notificada;

25.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

25.12. Será considerada extinta a garantia:

25.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

25.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

25.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

25.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

26. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

26.1. A LICITANTE poderá solicitar, facultativamente, uma vistoria nas dependências da ANCINE, conforme os itens abaixo:

26.1.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, a LICITANTE poderá realizar vistoria nos locais de entrega da solução, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 12h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone: 21 3037-6493.

26.1.2. A licitante que não realizar a vistoria não poderá alegar qualquer desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto e integral execução contratual nos termos previstos nas Especificações Técnicas.

26.1.3. O prazo para vistoria compreende o primeiro dia útil seguinte à publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura do Pregão Eletrônico.

26.1.4. Durante a vistoria nas instalações da contratante, não será permitido o porte de ímãs, de aparelhos que gerem campos eletromagnéticos, de alimentos, de bebidas e de materiais para fumantes. Fotos serão permitidas caso não venham a comprometer a segurança do ambiente;

26.1.5. A vistoria deverá ser utilizada pelas licitantes para aferir as condições gerais dos serviços a serem executados, tais como: locais de entrega dos materiais, características e condições dos racks e salas de equipamentos de redes (CPD), bem como a infraestrutura de cabeamento e dos demais equipamentos de rede LAN existentes no ambiente da contratante e que deverão ser substituídos pela solução fornecida;

26.1.6. Ao término da vistoria, a LICITANTE poderá solicitar um termo de comprovação de realização de vistoria, conforme modelo apresentado no Edital.

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

27.1. As despesas com a execução desta contratação correrão à conta dos recursos consignados do Orçamento da ANCINE para o exercício de 2022.

28. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

28.1. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que cumpram os critérios de

segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO;

28.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

28.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010;

28.4. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

28.5. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planej. da Contratação (SEI nº 2615346).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Conde Pires Lopes, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 21/11/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Borges Da Cunha, Técnico Administrativo**, em 21/11/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Borges Do Nascimento, Analista Administrativo**, em 21/11/2022, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Schneider, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 21/11/2022, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Fonseca de Moraes, Secretário de Gestão Interna**, em 21/11/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2627651** e o código CRC **98349156**.

ANEXO I-A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento descreve a especificação técnica para a contratação da infraestrutura de ativos de rede LAN, com ferramentas de monitoramento, administração e gerenciamento centralizado e de controles de segurança, para a nova infraestrutura de redes, para os escritórios da ANCINE localizados no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia prática (hands-on), garantia e suporte técnico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

2. ITENS PARA COTAÇÃO

2.1. As condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, estão descritos a seguir:

Tabela 1 – Características do Objeto da Contratação, quantidades e local de implantação

LOTE 1

Lote	Item	Descrição	Quantidade Estimada				
			Unidade	Total Consolidado	Unidade Graça Aranha	Unidade Augusto Severo	Unidade Brasília/DF
1	1	Switch Core - 48 portas 1GE/10GE SFP+ fibra + 4 portas 40GE QSFP+ e cabo + fonte redundante	Un	3	2	1	0
	2	Switch Acesso - 48 portas MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 PoE++ (802.11bt) + 4 portas 10GE SFP+ fibra e cabo de energia	Un	16	14	0	2
	3	Roteador de borda - 8 portas 1GE + 4 portas 10GE + fonte redundante	Un	2	1	1	0
	4	Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 cabo de cobre	Un	144	96	48	0
	5	Cabo DAC 40GE QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros	Um	8	8	0	0
	6	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros	Un	16	14	0	2
	7	Solução de monitoramento e de gerência dos ativos de rede	Un	1			
	8	Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)	Un	1			

- 2.2. Os preços referentes a lote 1 deverão ser discriminados da seguinte forma:
- 2.2.1. A licitante deverá cotar, em valores unitários e globais, os componentes, transferência de tecnologia (hands-on), instalação, assistência técnica e suporte técnico, assim como todos os acessórios, software, licenças e opcionais necessários à operação plena dos itens da contratação;
- 2.2.2. Deverá ser discriminado um valor de cotação por item, em moeda local (Reais) para o lote 1;
- 2.2.3. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas e quaisquer outros tributos, quando aplicáveis;
- 2.2.4. A Proposta de Preço deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- 2.2.5. O valor global da proposta comercial corresponderá ao somatório dos preços globais de aquisição dos equipamentos, softwares e acessórios, em conjunto com o preço dos serviços de transferência de tecnologia (hands-on) e instalação, além do valor correspondente aos 60 (sessenta) meses dos serviços continuados.

3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1. Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser respeitados pela licitante;
- 3.2. A licitante deverá considerar para o dimensionamento da proposta:
- 3.2.1. As características qualitativa e quantitativa dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 3.2.2. Os locais de prestação dos serviços;
- 3.2.3. As regras, prazos, condições, cláusulas estabelecidas e outros fatores que possam subsidiar o dimensionamento da proposta.
- 3.2.4.
- 3.3. Entrega e implantação:
- 3.3.1. Deverão ser entregues todos os componentes da solução de software e hardware;
- 3.3.2. O quantitativo de equipamentos a ser entregue nos endereços abaixo, está descrito no ITEM 2, TABELA 1, Lote 1, deste Termo de Referência.
- 3.3.3. Local de Entrega dos equipamentos e instalação:

Escritório Rio de Janeiro/RJ
Endereço 1: Av. Graça Aranha, nº. 35, Centro, CEP 20030-002
Endereço 2: Av. Augusto Severo, n. 84, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Escritório Brasília/DF
Ala Sul do 6º andar, do prédio localizado à SAUS, Quadra 06, Bloco E, Asa Sul, CEP 70.070.940

- 3.3.4. Caso, a contratada não tenha entregado os equipamentos e/ou não tenha feito a implantação total dos mesmos, em uma eventual mudança de endereço do escritório da ANCINE, a contratada deverá adequar a entrega e implantação no novo local (restringindo-se à cidade do Rio de Janeiro/RJ).

4. REQUISITOS GERAIS A SEREM ATENDIDOS

- 4.1. Todos os materiais, equipamentos, softwares e licenças deverão fazer parte da linha de produção do respectivo fabricante. Para aferir esta informação, a equipe técnica da contratante fará a consulta ao site do fabricante na Internet, onde deverá constar o produto e/ou material como em produção, não sendo aceitos equipamentos antecessores de mesma característica;
- 4.2. Não serão aceitos componentes da solução cuja data de fim de venda (*end-of-sale*) ou suporte (*end-of-support*), tenha sido anunciada pelo fabricante. Portanto, caso os componentes da solução cuja data de fim do suporte do fabricante esteja anunciada para ocorrer durante a vigência do contrato com a ANCINE, caberá a CONTRATADA substituir os componentes por um com suporte do fabricante de forma a atender as condições do contrato;
- 4.3. O respectivo fabricante da solução deve prover correções de segurança públicas por, pelo menos, 3 (três) anos após o anúncio do fim de venda (*end-of-sale*);
- 4.4. O respectivo fabricante da solução deve prover uma lista de discussão pública e boletins de segurança, contendo as falhas de segurança e medidas corretivas a serem adotadas;
- 4.5. Todos os componentes da solução fornecida devem ser novos e acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, no caso de equipamentos físicos, e contarem com manuais, em português do Brasil ou em inglês, disponibilizados para a contratante no website do respectivo fabricante;
- 4.5.1. O(s) fabricante(s) de TODOS os itens de software e hardware componentes da solução deverá(ão) possuir assistência técnica no Brasil, através de seus canais de atendimento, responsáveis pela integralidade dos serviços de substituição e/ou manutenção dos mesmos.
- 4.6. Devem ser fornecidos, em conjunto com a solução ofertada, os acessórios, softwares, licenças de uso e opcionais necessários para atendimento às características definidas no escopo destas especificações e pleno uso dos recursos da respectiva solução;
- 4.7. Todos os softwares integrantes da solução ofertada devem ser fornecidos na versão mais nova comercializada na data da abertura das propostas;
- 4.8. Todas as licenças integrantes da solução ofertada devem ter validade de, no mínimo, **5 (cinco)** anos, ou serem perpétuas;
- 4.9. Os componentes de software da solução poderão ser utilizados em quaisquer servidores de

uso da contratante, localizados em qualquer um dos seus endereços;

4.10. Todos os equipamentos e materiais, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU-T (International Telecommunication Union), ISO (International Standardization Organization), IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association), Wi-Fi Alliance, IPv6Ready Logo, etc;

4.10.1. Caso algum equipamento ou material não possua determinada certificação que comprove o atendimento a padrões internacionais, não abarcados por nenhuma norma/padrão nacional de certificação, mas utilizado/exigido para facilitar a avaliação de características técnicas exigidas nas especificações, caberá à Licitante comprovar que o referido equipamento e/ou material atenda a todas as características exigidas na respectiva certificação e/ou recomendação da(o) respectiva(o) entidade/órgão internacional.

4.10.2. Caso solicitado pela ANCINE, caberá ao LICITANTE comprovar o atendimento às normas de observância obrigatória para os equipamentos, além de apresentar os respectivos certificados de aprovação dos equipamentos para uso no Brasil;

4.11. Todos os equipamentos e materiais que sejam objeto de homologação obrigatória pela ANATEL deverão possuir tal homologação até a data de entrega do produto pela Contratada. Os equipamentos e materiais que não forem objeto de homologação obrigatória pela ANATEL deverão possuir documentação, emitida por esta agência reguladora, que comprove o seu não enquadramento;

4.12. Os equipamentos devem pertencer a linha corporativa do fabricante, não sendo aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico;

4.13. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;

4.14. A equipe técnica da ANCINE que dará suporte à licitação poderá, sempre que julgar necessário, realizar consultas ao fabricante, com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto ao atendimento dos requisitos técnicos mínimos exigidos frente as propostas recebidas, não eximindo a proponente das obrigações de atendimento pleno às características dos itens;

4.15. Será de responsabilidade da CONTRATADA o provimento de transporte e deslocamento para pessoal, materiais e ferramentas para o atendimento às demandas de execução dos serviços;

4.16. Será de total responsabilidade da CONTRATADA a recomposição e substituição de pisos, soleiras, telas, reparos de forros de gesso, paredes, etc., que porventura, forem danificados durante a instalação obedecendo sempre as especificações originais existentes;

4.17. Toda a solução deverá ser de um único fabricante ou de fabricantes com acordo formal de interoperabilidade que garanta a operação e evolução conjunta dos componentes da solução. Soluções ofertadas sob a mesma marca com componentes em regime de OEM - *Original Equipment Manufacturer* serão consideradas como de um único fabricante;

4.17.1. A solução composta por fabricantes distintos deverá ser desenhada/construída de forma que a atualização de componentes de um determinado fabricante não afete ou seja impedida de ser realizada devido à incompatibilidade com os demais componentes de outro fabricante integrante da solução que não possua atualização. Nesse caso, caberá à CONTRATADA a substituição do componente por outro equivalente que não impeça a evolução da solução.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – LOTE 1

5.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS DOS SWITCHES

5.1.1. Todos os componentes da solução deverão respeitar, individualmente, as características abaixo:

5.1.2. Gerenciamento baseado em WEB, utilizando interface gráfica e HTTPS/SSL, permitindo ao administrador gerenciar todas as funcionalidades da solução através de um navegador padrão. Este gerenciamento também poderá ser realizado via CLI (Interface de Linha de Comando);

5.1.3. Implementar o Network Time Protocol (NTP) ou Simple Network Time Protocol (SNTP) (RFC 2030), com autenticação;

5.1.4. Deverá possuir suporte a telemetria ou API nativa para função de controles de configuração e de correção de falhas no ambiente de comutação de forma automática por orquestrador central do próprio fabricante composto por sensores de segurança, de falhas e de saúde da rede. Possibilidade de suporte a automação com Ansible e RESTCONF;

5.1.5. Implementar capacidade de roteamento IPv6 de, no mínimo, 1000 rotas utilizando o protocolo OSPFv2, para o caso dos switches Layer 3 e do roteador de borda;

5.1.6. Implementar a geração e envio de logs para, pelo menos, dois servidores Syslog;

5.1.7. Configurar, no mínimo, 255 VLANs (todas ativas) e suportar 4000 VLAN IDs, conforme o padrão IEEE 802.1Q;

5.1.8. Deverá permitir o monitoramento de tráfego através dos protocolos sFlow, NetFlow ou IPFIX. Deve ser possível exportar o tráfego de redes IPv4 e IPv6;

5.1.9. Suportar o uso de diferentes grupos de servidores AAA (“Authentication, Authorization and Accounting”) de retaguarda (“Backend Authentication Servers”), como RADIUS, LDAP e Microsoft Active Directory;

5.1.10. Permitir a criação de, pelo menos, 3 (três) perfis de acesso à ferramenta como, por exemplo, *superusers* (administrador irrestrito), *operators* (operador do sistema/liberação de acessos à rede LAN) e *monitors* (apenas leitura);

5.1.11. Implementar os padrões de gerência de rede SNMPv2c e SNMPv3, incluindo a geração de traps e o repasse de traps para outras soluções de gerência da contratante;

5.1.12. Possuir estrutura para instalação em rack de 19” aberto e fechado, sendo que deverão ser fornecidos os respectivos kits de fixação para rack ou deverão possuir abas de fixação já integradas ao próprio corpo do equipamento;

5.1.13. Possuir as seguintes dimensões máximas: 4,5 cm de altura (1U) e, no máximo, 50 cm de profundidade;

5.1.14. Possuir fonte interna de alimentação capaz de sustentar sozinha a operação do *appliance* em carga de utilização máxima;

5.1.15. Possuir porta de console padrão RJ-45 Ethernet, provendo uma interface de configuração via CLI (*command line interface*). No caso de outro padrão, como, por exemplo, serial com conector padrão RJ-45 ou USB, deverá vir acompanhada de cabo e adaptador para uso com porta USB;

5.1.16. Capacidade de consolidação/empilhamento de switch numa mesma pilha ou conjunto;

- 5.1.17. Uma dada pilha ou conjunto de switches deve se comportar como um único switch do ponto de vista lógico;
- 5.1.18. Uma dada pilha ou conjunto de switches deve ser gerenciada através de um único endereço IP, seja via WEB e SSH;
- 5.1.19. Todos os membros de uma dada pilha ou conjunto de switches devem compartilhar das mesmas configurações lógicas como sendo um equipamento único;
- 5.1.20. Permitir a remoção e inclusão dinâmica de um membro da pilha ou conjunto, realizando a atualização das configurações desse membro automaticamente;
- 5.1.21. Permitir a atualização do sistema operacional de todos os membros da pilha ou conjunto de forma dinâmica, sem interrupção do funcionamento da pilha ou conjunto, e integrada, através de um único comando de atualização, como se a pilha ou conjunto fosse um único equipamento;
- 5.1.22. Permitir a configuração de espelhamento de tráfego podendo a porta de destino estar em membro diferente das portas de origem;
- 5.1.23. Implementar o IPv6;
- 5.1.24. Deve suportar o desligamento abrupto, por falta de energia, sem sofrer qualquer corrupção de firmware e configuração; os Switches devem retornar ao funcionamento normal após o retorno da alimentação elétrica;
- 5.1.25. Implementar linguagem de programação em ecossistema de plataformas de automação, do mesmo fabricante, de forma a possibilitar o desenvolvimento de interações em RealTime de regras e políticas que possam ser modificadas através da utilização de scripts em linguagens de programação como RESTCONF e NETCONF ou Open PnP;
- 5.1.26. Cada switch deve implementar individualmente as seguintes funcionalidades de camada 2 do modelo OSI:
- 5.1.27. Padrões IEEE802.3z (1000BASE-X), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3ae (10GBASE-SR), IEEE 802.3x full duplex (10BASE-T, 100BASE-TX, e 1000BASE-T);
- 5.1.28. Autonegociação de velocidade e duplex das interfaces;
- 5.1.29. Auto MDI/MDIX;
- 5.1.30. Controle de fluxo de acordo com o padrão IEEE 802.3x;
- 5.1.31. Agregação de links conforme padrão IEEE 802.1AX ou IEEE 802.3ad, de maneira estática e dinâmica, com suporte ao LACP, tendo no mínimo 24 grupos, com 8 links agregados por grupo;
- 5.1.32. Marcação de VLANs (VLAN tagging) nos quadros ethernet de acordo com o padrão IEEE 802.1Q, permitindo definir manualmente qual a VLAN nativa de cada porta em que for usado tag de VLANs;
- 5.1.33. Protocolo Spanning Tree de acordo com o padrão IEEE 802.1D;
- 5.1.34. Protocolo Multiple Spanning Trees (MST) de acordo com o padrão IEEE 802.1s;
- 5.1.35. Protocolo Rapid Spanning Tree de acordo com o padrão IEEE 802.1w;
- 5.1.36. Jumbo frames de, pelo menos, 9000 bytes;
- 5.1.37. Protocolo Link Layer Discovery Protocol (LLDP) de acordo com o padrão IEEE 802.1AB;
- 5.1.38. Protocolo LLDP-MED (ANSI/TIA-1057);
- 5.1.39. Cada switch deve possuir suporte para implementar individualmente as seguintes funcionalidades de camada 3 do modelo OSI:
- 5.1.40. Roteamento entre VLANs locais.
- 5.1.41. Implementar VRRP;
- 5.1.42. Roteamento com base em rotas estáticas e dinâmicas;
- 5.1.43. IGMPv1(RFC1112), IGMPv2(RFC2236) e IGMPv3(RFC 3376) *snooping*.
- 5.1.44. Cada switch deve implementar individualmente as seguintes funcionalidades de segurança:
- 5.1.45. Mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting), através dos protocolos RADIUS ou TACACS+;
- 5.1.46. Implementar "accounting" das conexões IEEE 802.1x. O switch (cliente AAA) deve ser capaz de enviar, ao servidor AAA, no mínimo, informações sobre a conexão como nome de usuário, switch em que o endpoint do usuário está conectado, porta do switch utilizada, endereço MAC do dispositivo utilizado pelo usuário, Endereço IP do usuário, horário de início e término da conexão;
- 5.1.47. Restringir o acesso remoto de gerenciamento, seja via web, SSH ou SNMP, através do uso de listas de controle de acesso (ACL);
- 5.1.48. Implementar IEEE 802.1X;
- 5.1.49. Implementar a ativação/autenticação de porta de acesso com identificação do usuário via portal web externo, com suporte a SSL, sem o uso de agentes instalados nos computadores clientes;
- 5.1.50. Ativação/autenticação de porta de acesso via endereço MAC do dispositivo conectado na porta do switch;
- 5.1.51. Implementar múltiplos métodos de autenticação em uma mesma porta simultaneamente, através da combinação da autenticação 802.1X com uma das formas listadas nos subitens 5.1.51 e 5.1.52.
- 5.1.52. Quando um computador se conectar à rede através de um telefone IP, a autenticação deste computador e seu usuário deve ser feita de forma independente da autenticação do telefone IP;
- 5.1.53. Realizar a ativação/autenticação de porta de acesso em que sejam utilizados tags de VLANs, realizando o controle de autenticações independentemente em cada VLAN;
- 5.1.54. Deve implementar a associação de VLAN em uma dada interface com base nos atributos definidos em servidor AAA do ambiente para um usuário ou grupo de usuários;
- 5.1.55. Permitir a aplicação automática de uma determinada VLAN e lista de controle de acesso (ACL) com base na identificação do usuário/dispositivo durante a ativação/autenticação da porta;
- 5.1.56. Implementar "fallback VLAN", de maneira que um usuário/dispositivo não autenticado por falha de comunicação com o servidor RADIUS, seja colocado automaticamente em uma VLAN para acesso a serviços críticos;
- 5.1.57. Possuir suporte para implementar "guest VLAN", de maneira que um usuário não autenticado, ou que não suporte o padrão 802.1X, seja colocado automaticamente em uma VLAN restrita;
- 5.1.58. Implementar limitação do número de endereços MAC que podem ser aprendidos por porta de acesso;
- 5.1.59. Implementar configuração de portas seguras com a associação estática de um ou mais endereços MAC permitidos na porta;
- 5.1.60. DHCP snooping para detecção de servidores DHCP não autorizados;
- 5.1.61. Implementar funcionalidade de DHCP relay;

- 5.1.62. Inspeção dinâmica de pacotes ARP para evitar ataques de ARP *poisoning* ou ARP *spoofing* e limitação de taxa de pacotes ARP;
- 5.1.63. Controle de contenção contra “tempestades” de broadcast, multicast e *unknown unicast*;
- 5.1.64. Implementar proteção ao switch raiz do spanning tree (root guard);
- 5.1.65. Implementar mecanismo para desabilitar STP, por porta, tanto para envio quanto para recebimento;
- 5.1.66. Implementar a aplicação de ACLs (Access Control List) de entrada e saída, em IPv4 e IPv6, com desempenho wire speed, baseada em critérios das camadas 2, 3 e 4 do modelo OSI;
- 5.1.67. Cada switch deve implementar individualmente as seguintes funcionalidades de qualidade de serviço (QoS):
 - 5.1.67.1. Classificação e marcação QoS de pacotes de dados de camadas 2, 3 e 4;
 - 5.1.67.2. Suporte para QoS [RFC2474, RFC3140];
 - 5.1.67.3. Reclassificação de pacotes baseado em um DSCP configurado como padrão para cada porta;
 - 5.1.67.4. Implementar “Voice VLAN” e políticas de QoS por VLAN;
 - 5.1.67.5. No mínimo, 8 filas de prioridade implementadas em hardware por porta;
 - 5.1.67.6. Mecanismos de priorização WRR (Weighted Round Robin), SP (Strict Priority) ou derivações destes;
 - 5.1.67.7. IGMP snooping, restringindo o encaminhamento de pacotes multicast para as portas em que existam clientes conectados;
- 5.1.68. Cada switch deve implementar, individualmente, as seguintes funcionalidades de gerenciamento:
 - 5.1.68.1. Implementar RMON MIB, de acordo com a RFC 2819;
 - 5.1.68.2. Possuir agente de gerenciamento SNMP, MIB-I e MIB-II, que possua descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive as extensões privadas, se existirem;
 - 5.1.68.3. Suportar acesso remoto para gerenciamento através do protocolo SSHv2, implementando o algoritmo de encriptação de dados 3DES ou AES;
 - 5.1.68.4. Realizar espelhamento de tráfego local e remoto (SPAN e RSPAN ou ERSPAN) baseado em porta e grupo de portas, com suporte a pelo menos 2 (duas) sessões de espelhamento ativas simultaneamente.

5.2. ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA OS COMPONENTES VIRTUAIS DA SOLUÇÃO

- 5.2.1. Todos os componentes da solução que sejam virtuais deverão respeitar, individualmente, as seguintes características do ambiente de virtualização da ANCINE:
 - 5.2.1.1 Compatível com o ambiente de hiperconvergência da ANCINE, conforme descrição abaixo:
 - 5.2.1.1.1. NUTANIX, versão pc.2022.4.01, NCC version 4.6.0, LCM version 2.4.5.2
 - 5.2.1.1.2. Hypervisor AHV, version Nutanix 20201105.30281, gerenciado com a interface Prism (API REST robusta e uma interface de linha de comando interativa chamada aCLI (Acropolis CLI)).
 - 5.2.1.1.3. O dimensionamento dos componentes virtuais deverá ser realizado conforme a disponibilidade de recursos da solução de hiperconvergência da ANCINE.
 - 5.2.1.1.4. Deverá vir acompanhado de todos os itens de software dimensionados para atender à capacidade e desempenho dimensionados em acordo com os requisitos destas especificações técnicas.
 - 5.2.1.1.5. A ANCINE disponibilizará a seguinte capacidade de processamento e armazenamento:
 - 5.2.1.1.5.1. 24 (vinte e quatro) CPUs
 - 5.2.1.1.5.2. 96 (noventa e seis) GB de memória RAM
 - 5.2.1.1.5.3. 2.4 TB de armazenamento
 - 5.2.1.1.6. Caso seja necessário algum Sistema Operacional específico, o mesmo deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, e sem limite de uso ou período.

5.3. ITEM 1 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO SWITCH CORE

- 5.3.1. Suportar, no mínimo, 48 (quarenta) portas de dados com suporte para operação em, no mínimo, 1GE/10GE Gigabit Ethernet nonblocking SFP+, sendo todas acessíveis através do painel frontal do equipamento;
- 5.3.2. Suportar, no mínimo, 4 (quatro) portas de dados com suporte para operação em, no mínimo, 40GE Gigabit Ethernet nonblocking QSFP+, sendo todas acessíveis através do painel frontal do equipamento;
- 5.3.3. Deve possuir ao menos 1 (uma) interface, tipo RJ45, dedicada para gerenciamento;
- 5.3.4. Deve implementar empilhamento com, no mínimo, 40Gbps de throughput entre os switches da pilha;
- 5.3.5. Possuir fonte interna de alimentação redundante (1 + 1) capaz de sustentar sozinha a operação do Appliance em carga de utilização máxima e capacidade de inserção e remoção sem afetar o funcionamento do equipamento (“hot-swap”). Portanto, a solução deverá contemplar a entrega da fonte redundante;
- 5.3.6. Cada switch deve possuir capacidade wire speed de comutação de quadros em camada 2 apresentando, no mínimo, 2.4 Tbps de capacidade de comutação full duplex;
- 5.3.7. Cada switch deve possuir capacidade de, no mínimo, 990 Mpps, wire-speed nonblocking, para o encaminhamento de pacotes IPv4 e IPv6;
- 5.3.8. Implementar gerenciamento por linha de comando (CLI) e visualização de tabela de rotas com identificadores e flags para VLAN;
- 5.3.9. Possuir suporte para roteamento local de, no mínimo, 80.000 direct routes IPv4 para

comunicação entre sistemas de origem e destino sem saltos;

- 5.3.10. Implementar funcionalidade de DHCP Server e DHCP Snooping;
- 5.3.11. Implementar, no mínimo, 16.000 entradas QoS ACL de entrada e/ou de saída;
- 5.3.12. Suportar os protocolos de roteamento unicast IP avançados (incluindo Full OSPF, Border Gateway Protocol Version 4 "BGPv4" e outros); E para o roteamento IPv6 (OSPFv3 e BGPv6).
- 5.3.13. Implementar balanceamento ou divisão de carga ECMP (equal-cost multi path);
- 5.3.14. Implementar diferentes modos de balanceamento de carga, incluindo distribuição de carga com base em endereços MAC, endereços IP, endereços IP de origem, endereços IP de destino e ambos os endereços IP de origem e destino;
- 5.3.15. Implementar BGP EVPN com suporte a VxLAN;
- 5.3.16. Deve implementar Dual-Stack IPv4/IPv6;
- 5.3.17. Deve atender os padrões e normas IEEE 802.1AE, IEEE 802.1s, IEEE 802.3, IEEE 802.1x-Rev, IEEE 802.3an e IEEE 802.3;
- 5.3.18. Deve possuir suporte para o encaminhamento de pacotes mesmo em situação de breve interrupção do comutador.

5.4. ITEM 2 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO SWITCH DE ACESSO 48 PORTAS POE++

- 5.4.1. Possuir, no mínimo, 48 (oitenta e oito) portas de dados com suporte para operação MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 full duplex, sendo todas localizadas no painel frontal do equipamento;
- 5.4.2. Deve ser fornecido com, no mínimo, 4 (quatro) portas 10GE SFP+;
- 5.4.3. Deve implementar PoE++ com suporte ao padrão 802.3bt - classe 6 (60W), no mínimo, para 8 (oito) portas MultiGiga;
- 5.4.4. Cada switch deve possuir wire speed de comutação de quadros em camada 2 apresentando, no mínimo, 176 Gbps de capacidade da comutação full duplex, desconsiderando a capacidade de interfaces dedicadas ao empilhamento caso aplicável;
- 5.4.5. Cada switch deve suportar, no mínimo, 130 Mpps, wire-speed nonblocking, para o encaminhamento de pacotes IPv4 de 64 bytes e IPv6;
- 5.4.6. Armazenamento de, no mínimo, 16.000 entradas na tabela MAC;
- 5.4.7. Implementar gerenciamento por linha de comando (CLI);
- 5.4.8. Implementar roteamento local com, no mínimo, 8.000 direct routes IPv4 para comunicação entre sistemas de origem e destino sem saltos;
- 5.4.9. Suportar, no mínimo, 1.000 entradas ACL e QoS individuais de entrada ou de saída.

5.5. ITEM 3 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO ROTEADOR DE BORDA

- 5.5.1. Possuir memória mínima de 8GB de memória Flash padrão;
- 5.5.2. Possuir memória padrão, no mínimo, modelo DDR3 ECC DRAM plano de dados (*data plane*) com 2 GB;
- 5.5.3. Possuir memória padrão, no mínimo, modelo DDR3 ECC DRAM plano de controle (*control plane*) com 2 GB;
- 5.5.4. Possuir número mínimo de interfaces de 8 x 1GE + 4 x 10GE;
- 5.5.5. Possuir fonte interna de alimentação redundante (dual integrated power supplies) capaz de sustentar sozinho (1N) a operação do Appliance em carga de utilização máxima e capacidade de inserção e remoção sem afetar o funcionamento do equipamento ("hot-swap"). Portanto, a solução deverá contemplar a entrega da fonte redundante;
- 5.5.6. Suportar os protocolos de roteamento unicast IP avançados (incluindo Full OSPF, Border Gateway Protocol Version 4 "BGPv4" e outros); E para o roteamento IPv6 (OSPFv3 e BGPv6);
- 5.5.7. Ser capaz de comportar a tabela full routing BGP, com no mínimo de 900.000 (novecentas mil) rotas;
- 5.5.8. A ferramenta de monitoração e visibilidade poderá ser interna ou externa ao roteador desde que atenda as capacidades descritas nos itens 5.6.9 e 5.6.10 e implemente, no mínimo, a análise de 100 Flows por segundo para cada roteador;
- 5.5.9. Deve atender os padrões e normas IEEE 802.1AE, IEEE 802.1s, IEEE 802.3, IEEE 802.1x-Rev, IEEE 802.3an, IEEE 802.3 e IEEE 1588v2;
- 5.5.10. Deve possuir suporte para o encaminhamento de pacotes mesmo em situação de breve interrupção do roteador.

5.6. ITEM 4 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO MÓDULO 1000BASE-T SFP PARA RJ45 CATEGORIA 5E/6

- 5.6.1. Deve ser do tipo SFP de 1000BASE-T, para Categoria 5e/6 cabo de cobre.
- 5.6.2. Para garantir a total compatibilidade com os equipamentos, os Transceivers/GBICs ofertados devem ser do mesmo fabricante do Lote 1/Item 1 - switch core, ofertado nesse edital.

5.6.2.1. Ou possuir atestado pelo fabricante dos Switches informando que possui compatibilidade com os transceivers fornecidos.

5.7. ITEM 5 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO CABO DAC 40GE QSFP+

- 5.7.1. Cabo metálico com conector tipo QSFP+ para ligação de duas unidades de switch em 40 Gbps, 40GBASE-SR4.
- 5.7.2. Cabo com comprimento mínimo de 3 (três) metros.
- 5.7.3. Para garantir a total compatibilidade com os equipamentos, os cabos direct-attach (DAC) ofertados devem ser do mesmo fabricante dos switches ofertados nesse edital.

5.7.3.1. Ademais, é necessário ser totalmente compatível com o modelo de switch de fibra que a ANCINE já utiliza:

5.7.3.1.1. Arista DCS-7050SX3-48C8-F / Hardware version: 12.05.

- 5.8. ITEM 6 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO CABO DAC 10G SFP+
- 5.8.1. Cabo metálico com conector tipo SFP+ para ligação de duas unidades de switch em 10 Gbps, 10GBASE-CU.
- 5.8.2. Cabo com comprimento mínimo de 3 (três) metros.
- 5.8.3. Para garantir a total compatibilidade com os equipamentos, os cabos direct-attach (DAC) ofertados devem ser do mesmo fabricante dos switches ofertados nesse edital.

5.9. ITEM 7 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO DE MONITORAMENTO E GERÊNCIA DOS ATIVOS DE REDE

- 5.9.1. A solução de gerência das redes poderá ser do tipo virtual appliances, physical appliances (com software e hardware integrados pelo mesmo fabricante da solução de WLAN) ou híbridos (parte em software parte em hardware);
- 5.9.2. Deverá suportar escalar o total de dispositivos gerenciados sem reconfiguração ou reinstalação;
- 5.9.3. Produto ofertado deve estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta;
- 5.9.4. A solução deve ser acompanhada de todos os itens necessários para operacionalização, tais como: softwares da(s) plataforma(s) e licença(s);
- 5.9.5. Todas as configurações de gerência da solução como, por exemplo, alarmes, logs, templates de configuração, etc, deverão ser realizadas em um mesmo local;
- 5.9.6. A solução de gerência, responsável por serviços como monitoramento dos dispositivos, alertas/traps, armazenamento de logs, relatórios, localização realtime, será instalada no CPD da ANCINE (ambiente de hiperconvergência);
- 5.9.7. Deverá possuir menu unificado e intuitivo, ao qual o operador poderá acessar as tarefas necessária para gerenciamento da rede;
- 5.9.8. Possuir “Workflows” de configuração baseados nas melhores práticas do fabricante para vários tipos de tecnologias a serem implementadas;
- 5.9.9. Possuir a funcionalidade a qual o operador tenha acesso rápido um resumo das informações mais importantes sobre o usuário ou dispositivo gerenciado;
- 5.9.10. Ter mapas da topologia da rede com representação dos dispositivos, suas interconexões e alarmes associados aos respectivos ativos;
- 5.9.11. Permitir a criação de templates de configuração, permitindo “scheduling” de horário para sua aplicação;
- 5.9.12. Possuir templates de configuração para visibilidade de aplicações;
- 5.9.13. Possuir integração com a base de dados do fabricante, apresentando no mínimo as seguintes informações:
- 5.9.14. Vulnerabilidades conhecidas;
- 5.9.15. Bugs.
- 5.9.16. Deve possibilitar a visualização rápida de alarmes e estatísticas de utilização para fácil e rápido monitoramento e troubleshooting;
- 5.9.17. Deve possuir suporte para o gerenciamento de falhas via Simple Network Management Protocol (SNMP) version 3 (além do SNMP versao 2 e 1) para gerenciamento seguro entre a plataforma de gerenciamento e todos os dispositivos gerenciados;
- 5.9.18. Sistema de gerência deve ser acessado através de browser via HTTP ou Secure HTTP (HTTPS), permitindo o acesso à plataforma de gerência a qualquer momento de qualquer local;
- 5.9.19. Possuir suporte para a criação de Domínios de Gerência Virtuais, ou seja, permitindo a criação de perfis de administração que possibilite limitar a administração de seguimentos da rede e a toda rede;
- 5.9.20. Permitir a visualização de alertas da rede em tempo real;
- 5.9.21. Deve possuir suporte para relatórios contendo lista de dispositivos fora de compliance;
- 5.9.22. Suporte para criação e aplicação de políticas que permitam ao administrador gerir/criar VLANs, regras de qualidade de serviço (QoS) e políticas de segurança;
- 5.9.23. Permitir troubleshooting de clientes com dificuldade de se conectarem na rede;
- 5.9.24. Deve implementar protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo a qualquer componente da gerência da solução utilizando servidor Radius e auditoria de comandos com mecanismos de AAA;
- 5.9.25. Deve permitir o acesso de, no mínimo, 5 (cinco) operadores do sistema de forma simultânea;
- 5.9.26. Deve implementar controle de acesso baseado em privilégios, permitindo a criação de grupos de operadores com limitação de quais equipamentos e quais serviços da plataforma poderão ser usados;
- 5.9.27. Deve permitir a autenticação de operadores através de base local e através de RADIUS;
- 5.9.28. Deve registrar mudanças de configuração executadas pelos operadores nos equipamentos gerenciados, para efeito de auditoria;
- 5.9.29. Deve permitir a descoberta de elementos de rede através da faixa de endereços IP, e tabela de roteamento;
- 5.9.30. Deve permitir a configuração, monitoramento, adição e gerência de um dispositivo e de um grupo de dispositivos;
- 5.9.31. Deve permitir a customização página principal do sistema, permitindo a inclusão alarmes, estatísticas de desempenho;
- 5.9.32. Deve permitir visualização de estatísticas de utilização do equipamento contemplando no mínimo utilização de memória e de CPU;
- 5.9.33. Deve permitir a localização de endereço IP e de endereço MAC na infraestrutura de rede;
- 5.9.34. Deve permitir a visualização do histórico dos arquivos de configuração dos dispositivos;
- 5.9.35. Deve permitir nativamente visualizar, comparar as últimas versões das configurações, aplicar e fazer o backup da configuração dos dispositivos gerenciados;
- 5.9.36. Deve permitir atualizar o software do dispositivo gerenciado;
- 5.9.37. Deve permitir a criação de modelos de configuração para serem aplicados aos dispositivos gerenciados. Deve permitir criar modelos de parte da configuração e da configuração inteira do dispositivo;
- 5.9.38. Deve possuir recurso de agendamento de backups da configuração dos dispositivos gerenciados;

- 5.9.39. Deve possuir capacidade de gerar alarmes a partir de traps SNMP e mensagens Syslog;
- 5.9.40. Deve possuir mecanismo de análise de causa do problema para a supressão de eventos que são apenas sintoma da falha;
- 5.9.41. Deve possuir painel único de visualização dos alarmes e a partir desta tela verificar detalhes específicos de um alarme;
- 5.9.42. Deve possuir a capacidade de enviar e-mails para um administrador em caso de algum evento especificado de acordo com o nível de criticidade;
- 5.9.43. Deve possuir capacidade de monitorar o desempenho dos equipamentos gerenciados;
- 5.9.44. Deve possuir capacidade de configurar interface vlan ou interfaces virtuais, adicionar portas de acesso e do tipo trunk;
- 5.9.45. Deve fornecer informações dos clientes online associados;
- 5.9.46. A plataforma de gerência da solução deve permitir a coleta de informações dos clientes conectados, incluindo informações de endereçamento de camada 3 do modelo OSI;
- 5.9.47. Deverá ser possível monitorar os endereços IPv4 e IPv6 dos clientes na página de administração da plataforma de gerência e o tipo de dispositivo cliente;
- 5.9.48. Deve possuir capacidade de gerar relatórios customizados contendo:

5.9.48.1. Ativos de Rede; Estado dos dispositivos e Links; Lista total de portas e lista de portas disponíveis; Inventário dos equipamentos; Informações sobre os dispositivos ativos; Erros durante o processo de descoberta.

- 5.9.49. Deverá implementar a capacidade de gerência de ativos e de Flows de rede para, no mínimo e simultaneamente, o total de equipamentos de rede descritos no anexo 1 deste termo;
- 5.9.50. Deve implementar integração para sistema de autenticação e de controle de admissão a rede operando AAA e 802.1x;
- 5.9.51. Deve implementar compatibilidade com diferentes categorias de dispositivos de rede como roteamento, comutação, IoT, sem fio, pontos de acesso e mobilidade.

5.10. ITEM 8 (ANEXO I-A) – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DOS ATIVOS DE REDE

5.10.1. Serviço de Instalação/Configuração/Implantação

5.10.1.1. A contratada deverá elaborar um plano de instalação e configuração para cada localidade da contratante, individualmente, permitindo a visualização de etapas e fases completas do projeto em cada um dos respectivos sites;

5.10.1.2. Deverá ser realizada uma reunião prévia, antecedendo o início do projeto, para fins de alinhamento e definição de equipes e responsabilidades entre as partes;

5.10.1.3. A contratante fornecerá o levantamento de regras do ambiente assim como a topologia existente após a reunião prévia de projeto e, para fins de elaboração de proposta, a proponente poderá tratar perante a contratante todas as dúvidas e informações necessárias para a composição do escopo e oferta de serviço;

5.10.1.4. A contratada deverá agendar a vistoria do ambiente de forma a prever requisitos e prevenir riscos e atrasos de cronograma, objetivando o sucesso da implementação, devendo a instalação dos comutadores/switches ser precedida de uma análise técnica do ambiente de cada andar para indicar a quantidade exata de comutadores/switches a serem instalados por andar;

5.10.1.5. Antes do início da instalação, a CONTRATADA deverá apresentar os resultados da análise técnica e obter o aceite da contratante para os quantitativos propostos ou promover os ajustes e informações adicionais caso demandado;

5.10.1.6. O escopo deverá contemplar a implementação de todos os itens contratados e atender aspectos e premissas de um projeto de migração e considerar todas as configurações existentes na infraestrutura de rede em produção, e propor as formas de migração para a nova solução, devendo possuir, no mínimo, as fases e etapas de levantamento e análise, planejamento, preparativos, cadastro e ativação de licenças, assinaturas, contratos e componentes, testes dos equipamentos, implementação com substituição dos ativos existentes, acompanhamento do ambiente, hands-on, documentação e demais tarefas que corroborem com o sucesso da implementação em todas as características definidas aos itens;

5.10.1.7. A implantação constitui-se na execução de todas as atividades necessárias à colocação dos equipamentos e softwares em funcionamento, obedecendo às características técnicas especificadas e demandas de configuração requeridas pela contratante;

5.10.1.8. Englobam esta operação, entre outras atividades:

5.10.1.8.1. Revisar, junto a CONTRATANTE, os requerimentos de Pré-Instalação, como, rede, switches, roteadores e cabos;

5.10.1.8.2. Gerar relatório com uma lista de verificação da preparação de instalação, junto ao CONTRATANTE;

5.10.1.8.3. Retirar os equipamentos das embalagens;

5.10.1.8.4. Efetuar testes nos equipamentos da solução;

5.10.1.8.5. Realizar a instalação física da solução em todos os racks a serem utilizados, através de apoio para a fixação dos mesmos nos locais adequados;

5.10.1.8.5.1. Em tempo, a contratada deverá remover todos os ativos de rede legado e armazená-los em local definido pela contratada;

5.10.1.8.6. Prover a ativação e configuração lógica dos equipamentos;

5.10.1.8.7. Efetuar as conexões de rede solicitadas, atualizações de softwares recomendadas, os testes operacionais e a configuração da rede;

5.10.1.8.7.1. Atualizar os softwares e firmwares para as suas últimas versões;

5.10.1.8.8. Fornecer todos os cabos, conectores, transceivers, GBICs ou quaisquer outros equipamentos que, na sua ausência, possam inviabilizar a instalação dos equipamentos nas dependências da contratante;

- 5.10.1.8.9. Customizar os produtos às necessidades da contratante;
- 5.10.1.9. Realizar a instalação completa de toda a plataforma de gerenciamento e da monitoração e visibilidade da solução, incluindo seus softwares e acessórios;
- 5.10.1.10. Configuração da arquitetura da solução, VLANs, WLANs, endereços IP, rotas, protocolos de roteamento OSPF e BGP ou outro, e autenticação e criptografia;
- 5.10.1.11. Configuração de diferentes perfis administradores na plataforma de gerência da solução de rede e autenticação integrada ao Microsoft Active Directory (AD);
- 5.10.1.12. A CONTRATADA deverá conferir se as versões de firmware e software da solução são as mais recentes disponibilizadas. Caso não seja, a CONTRATADA deverá atualizá-la no ato da instalação nas dependências da contratante;
- 5.10.1.13. Configuração para syslog, SNMP traps e alarmes para envio dos logs para o sistema de syslog e SNMP traps para a ferramenta de monitoração (item 5.9 do ANEXO I-A) contratada;
- 5.10.1.14. Configuração e implantação do monitoramento do tráfego de rede IP através da coleta das informações das interfaces por flow, em todos os ativos de rede contemplados nesta contratação. Na etapa de elaboração do projeto, as equipes da contratante e da contratada definirão quais interfaces serão utilizadas, a fim de maximizar a melhor extração das informações requeridas. A ferramenta de monitoração (item 5.9 do ANEXO I-A) deverá receber e tratar os dados coletados;
- 5.10.1.15. A CONTRATADA deverá registrar, em um status report, o resultado das análises, incluindo informações sobre o comportamento da rede e se as premissas estabelecidas estão sendo atendidas;
- 5.10.1.16. Após a conclusão da implantação do ambiente, deverá ser apresentado ao CONTRATANTE o cadastro rigoroso dos serviços executados, 1 (uma) cópia em PDF e em meio magnético ou óptico.
- 5.10.1.17. Não será permitida a cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativa ao período em que a CONTRATANTE tenha ficado sem cobertura contratual;
- 5.10.1.18. Não será permitida a cobrança, direta ou indireta, de valores para reativação de quaisquer serviços agregados, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico;
- 5.10.1.19. Realizar a instalação completa de toda a plataforma de gerenciamento e segurança da solução, incluindo seus softwares e acessórios;
- 5.10.1.20. Todo o ambiente relacionado ao escopo da instalação deverá estar em produção ao término da fase de instalação;
- 5.10.1.21. Configuração da arquitetura da solução, envolvendo vlans, endereços IP, rotas e criptografia;
- 5.10.1.22. Configuração de diferentes perfis administradores na plataforma de gerência da solução de rede sem fio e autenticação integrada ao AD da ANCINE;
- 5.10.1.23. Configuração de monitoração, envolvendo syslog, traps e alarmes com envio dos logs para o sistema de syslog da ANCINE e traps para o sistema de monitoração da ANCINE (Zabbix), caso seja solicitado;
- 5.10.1.24. Elaboração do template Zabbix para monitoração de cada item da solução caso seja solicitado;
- 5.10.1.25. Administração das imagens de firmware dos equipamentos;
- 5.10.1.26. Outras configurações que tenham sido definidas entre a Contratada e a ANCINE dentro do escopo do Plano de Instalação elaborado;

5.10.2. Não será permitida a cobrança, direta ou indireta, de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à CONTRATANTE, durante o prazo de validade técnica do objeto, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a CONTRATANTE.

5.11. SUPORTE E GARANTIA

5.11.1. Os equipamentos devem possuir garantia do FABRICANTE por um período mínimo de **60 (sessenta)** meses para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte, esclarecimento de dúvidas e resolução de falhas de hardware e software, com atendimento do serviço de suporte em modalidade 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana) e reposição de peça, após diagnóstico e troubleshooting a ser realizado por telefone, e-mail e portal website do fabricante, no próximo dia útil (*next business day*);

5.11.2. O FABRICANTE, ou assistência técnica devidamente autorizada pelo próprio fabricante, deverá disponibilizar Central de Atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;

5.11.3. Fornecimento das licenças, atualização de todas as novas versões e releases dos componentes da solução, incluindo seus softwares e firmwares, disponibilizados pelo fabricante da solução, bem como correções (patches) dos softwares e firmwares;

5.11.4. A contratada deverá disponibilizar informações sobre como o suporte técnico será contratado junto ao fabricante da solução ofertada para todos os materiais e equipamentos fornecidos durante a vigência do referido serviço, na qual deverá constar os meios de contato com a rede de assistência técnica e suporte técnico do fabricante;

5.12.4.1. Neste caso, deverá entregar documento contendo, obrigatoriamente, a descrição detalhada com códigos do fabricante e quantidade de todos os itens (licenças, equipamentos, assinaturas etc.) ofertados em atendimento ao objeto da licitação;

5.11.5. O fabricante, ou assistência técnica devidamente autorizada pelo próprio fabricante, também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “forum”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações de, no mínimo, firmwares, sistemas operacionais, patches, e ferramentas de troubleshooting;

5.11.6. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

5.12.6.1. Possuir recurso disponibilizado via web, no site do próprio fabricante (informar *url* para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

5.12.6.2. Caso seja necessária a troca de algum equipamento defeituoso, deverá ser entregue à contratante, em caráter definitivo, equipamento novo com características iguais ou superiores.

Referência: Processo nº 01416.009508/2022-78

SEI nº 2627651

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 01416.009508/2022-78

2. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Este estudo trata da aquisição de equipamentos para atualização tecnológica dos ativos de rede do ambiente computacional da ANCINE.

3. Descrição da necessidade

A Agência Nacional do Cinema - ANCINE é um órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica e, entre outros, seus objetivos são: estimular o desenvolvimento dessa indústria, promover a integração das atividades governamentais e a elas relacionadas, aumentar a competitividade do setor, promover a autossustentabilidade e a articulação dos vários elos de sua cadeia produtiva, estimular a universalização do acesso às obras cinematográficas e videofonográficas, especialmente as nacionais, e garantir a participação diversificada das obras estrangeiras no mercado brasileiro.

Para atendimento aos seus objetivos institucionais, a ANCINE necessita que sua infraestrutura de ativos de rede esteja em pleno funcionamento, com as boas práticas de transmissão de dados entre os ambientes internos e externos (Internet). Diante disso, esses requisitos têm como objetivo garantir a prestação de serviços com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais.

Atualmente, observa-se que todos os ativos de rede da ANCINE estão fora de garantia e suporte, e encontram-se obsoletos, sendo que alguns equipamentos já estão apresentando defeitos de uso, podendo ocasionar em paradas e perdas de dados, caso não haja uma renovação do parque tecnológico de ativos de rede.

Nesta mesma esteira, a SGI/GTI/CIS vem planejando uma série de iniciativas no sentido de proporcionar, a curto prazo, um ambiente de melhoria da infraestrutura de redes para uma garantia da continuidade na entrega dos serviços ora disponíveis para a sociedade.

A Central de Processamentos de Dados (CPD) ou Datacenter é uma instalação física com o objetivo de alojar recursos computacionais, como servidores, Storage, firewall, equipamentos de comutação (Switches), no-breaks, ar-condicionado e gerador de energia. É uma infraestrutura que centraliza as operações e os equipamentos de TI e de onde gerencia os dados de usuários e seus usuários. Em outras palavras, o centro de dados é um conjunto de computadores servidores, sistemas operacionais,

infraestrutura de armazenamento de dados e conectividade, com a finalidade de hospedar e disponibilizar os sistemas de informação institucionais à comunidade. A grande parte dos recursos computacionais estão dispostos em ambiente de hiperconvergência - NUTANIX. Esses equipamentos implementam um ambiente de virtualização e garantem alta disponibilidade, desempenho e segurança para dos serviços informatizados da instituição. Além de existirem servidores stand-alone e ambientes de armazenamento de dados - storages, para prover aplicações, ferramentas e recursos informacionais para a sociedade brasileira.

Além do ambiente computacional do Datacenter ora exposto, existe toda a interconexão dos andares e salas chegando ao desktop/notebook e outros dispositivos do usuário final que necessitam acessar a rede de computadores da ANCINE e, para prover a infraestrutura de computação que viabilizam as atividades ligadas a TI da agência, a ANCINE disponibiliza um conjunto de equipamentos de rede denominados comutadores ou switches no Datacenter e na interconexão dos andares e salas dos escritórios da ANCINE, bem como os equipamentos de telecomunicação - roteadores para acesso à INTERNET. Esses equipamentos são responsáveis por permitir a troca de dados (interconexão) e a comunicação com a Internet dos usuários dos escritórios. Devem garantir alta velocidade e capacidade para a perfeita execução das atividades da agência, além de permitir que não haja a indisponibilidade dos serviços. Os switches estão divididos em três grupos: LAN para comunicação com as máquinas servidores, SAN para a comunicação com o Storage e as máquinas servidoras e Telecom que converge o tráfego de dados, voz e vídeo com a rede local das diversas unidades da ANCINE e a Internet.

Hoje, estão em funcionamento 28 (vinte e oito) switches, sendo estes, distribuídos entre switches core e acesso, mais 2 (dois) roteadores de borda. Todos estes ativos de rede estão fora de garantia há pelo menos 5 (cinco) anos, e vários já estão obsoletos, sendo que alguns ativos de rede já estão apresentando defeitos de uso.

Dessa forma, considerando a expansão, a inserção de novas tecnologias/ferramentas e sistemas de informação no ambiente computacional da ANCINE, a desatualização tecnológica e a vida útil dos equipamentos, torna-se necessária a atualização dos switches e dos roteadores da ANCINE. Com a finalidade de atender as novas demandas e garantir a disponibilidade, desempenho e segurança do ambiente computacional.

Nesta esteira, para que se tenha administração dos novos ativos de rede, é importante a aquisição de uma ferramenta de monitoramento e gerência do ambiente como um todo.

Acrescenta-se, também, que como se trata de equipamentos físicos básicos para o provimento de uma infraestrutura de redes de computadores e telecomunicações não existe outro cenário para provimento do referido projeto, do que o apresentando neste Estudo Técnico Preliminar.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Tecnologia da Informação	Bruno Schneider

5. Necessidades de Negócio

1. Melhorar substancialmente a qualidade da rede lógica e física de dados.
 - 1.1. Como exemplo, haverá um incremento no desempenho na transmissão de dados entre as estações de trabalho e os servidores de rede e a Internet;
2. Garantir a disponibilidade da rede de dados e atender à demanda de crescimento.
3. Redução de falhas na transferência de dados.
4. Estabilidade na conexão com a Internet e Rede Local.
5. Substituir todos os equipamentos obsoletos e fora de garantia. Atualmente, todos os ativos de rede (switches, roteadores e solução de gerenciamento e segurança) estão fora de garantia e vários já obsoletos, sendo que alguns ativos de rede já estão apresentando defeitos de uso.
6. Maior capacidade de processamento de equipamentos de rede, com ambiente de redundância tanto para o acesso interno como para o acesso externo (Internet).
7. Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos via rede cabeada, sem fio (WIFI) e para futuras implementações de telefonia IP (VoIP).

6. Necessidades Tecnológicas

1. Entrega dos recursos computacionais e conectividade em pleno funcionamento.
2. Compatibilidade da Infraestrutura para a migração dos serviços de TI existentes do CPD.
3. A banda do tráfego de dados deve ser suficiente para proporcionar qualidade nos serviços de TI.
4. Deve estar aderente às futuras contratações e melhorias no ambiente de rede sem fio (WiFi) da ANCINE, já prevendo as novas tecnologia de acesso sem fio, como exemplo, a compatibilidade com o WiFi 6.0.
5. Deve ser feita a entrega dos recursos computacionais em pleno funcionamento, e em equivalência às necessidades da ANCINE.
6. O suporte técnico deverá estar disponível em regime proativo 8x5 next business day (próximo dia útil), em português.
7. Chamados para suporte técnico deverão ser abertos por portal web, e-mail ou telefone.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

1. Garantir que o tempo de implantação/migração seja minimizado.
2. Os serviços de gerência dos recursos computacionais devem ser de fácil manuseio.
3. A empresa contratada deverá fornecer a garantia durante o prazo de duração contratual, a contar da data do ateste da nota fiscal, e durante esse período fornecer todas as atualizações técnicas dos equipamentos adquiridos, bem como prestar suporte junto ao fabricante.
4. Deverá ter suporte 8x5 next business day (próximo dia útil) pelo período de 60(sessenta) meses.
5. Destaca-se, para os devidos fins, que a presente contratação se trata de uma solução de TIC única, conforme preconiza o inciso I do art. 3º da IN SGD/ME nº 01, de 2019.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A estimativa da demanda levou em consideração os recursos computacionais atuais dos ativos de rede e telecomunicação do ambiente computacional da ANCINE.

Com esta análise, foi realizada a estimativa da solução, conforme abaixo:

Item	Descrição

1	Switch Core - 48 portas 1GE/10GE SFP+ fibra + 4 portas 40GE QSFP+ e cabo + fonte redundante
2	Switch Acesso - 48 portas MultiGiga /1GE/2.5GE/5GE/10GE Ethernet RJ45 PoE++ (802.11bt) + 4 portas 10GE SFP+ fibra e cabo de energia
3	Roteador de borda - 8 portas 1GE + 4 portas 10GE + fonte redundante
4	Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 cabo de cobre
5	Cabo DAC 40GE QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros
6	Cabo DAC 10G SFP+, 10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros
7	Solução de monitoramento e de gerência dos ativos de rede
8	Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)

Com o seguinte quantitativo:

1. Mínimo de 3 (dois) switches core de 48 portas 1G/10G SFP+, mais 4 (quatro) portas 40G QSFP+, e cabo para sua interligação, mais 1 (uma) fonte redundante.
2. Mínimo de 16 (dezesesseis) switches de acesso de 48 (quarenta e oito) portas 1G/2.5G/5G /10G Ethernet RJ45 PoE++, mais 4 (quatro) portas 10G SFP+, e cabo para sua interligação, mais 1 (uma) fonte redundante.
3. Mínimo de 2 (dois) roteadores de borda, com 8 (oito) portas 1GE, mais 4 (quatro) portas 10GE SFP+, mais 1 (uma) fonte redundante.
4. Mínimo de 2 (dois) switches de acesso de 24 portas 1GE Ethernet RJ45, mais 4 (quatro) portas 10G SFP+.
5. Mínimo de 144 (cento e quarenta e quatro) módulos transceiver 1000BASE-T SFP para RJ45 categoria 5e/6.
6. Mínimo de 8 (oito) cabos DAC 40G QSFP+, 40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros
7. Mínimo de 16 (dezesesseis) cabos DAC 10G SFP+, 10BASE-CU, com no mínimo 3 metros.
8. Solução de monitoramento e de gerência das redes.
9. Serviço de implantação dos ativos de rede e transferência de tecnologia (hands-on)

9. Levantamento de soluções

Para a elaboração desse processo, foi considerada a IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse contexto, prospectou-se, inicialmente, contratações semelhantes no Painel de Preços do Governo e em outros entes da Administração Pública. Na sequência, prospectou-se dados de pesquisas publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos. Por fim, realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores;

Ressalta-se que foi observada a IN SGD/SEGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, em especial as diretrizes do Anexo I da referida Instrução Normativa, que aborda a contratação de licenciamento de software e serviços agregados. Do mesmo modo, foi observada a Lei nº 8.248, de 1991, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação;

Informa-se que a Solução de TIC pretendida não está presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pelo SISP.

Seguindo as orientações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no documento "**BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE ATIVOS DE TIC – Versão 4**", deve-se considerar o tempo de vida útil mínimo de 05 anos para fins de posicionamento de Tecnologia e garantia, conforme transcrito:

Para aquisição de servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros, deve-se considerar o tempo de vida útil mínimo de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

No mesmo documento, observa-se o seguinte item para a aquisição de ativos de rede:

Para aquisição de ativos de rede, tipo equipamentos wi-fi, switches de centro e de borda, roteadores, etc, deve-se considerar o tempo de vida de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

Id	Descrição, Solução ou Cenário
1	Manter o atual parque de ativos de redes e telecomunicações
2	Realizar uma contratação, via pregão eletrônico, dos ativos de rede e telecomunicações

10. Análise comparativa de soluções

Cenário 1: Manter o atual parque de ativos de redes e telecomunicações

Considerando que todos os ativos de rede e telecomunicações (switches e roteadores) estão obsoletos e fora de garantia e suporte há mais de 5 (cinco) anos, sendo que alguns ativos já estão apresentando defeitos de uso.

Considerando, também, que a expansão, a inserção de novas tecnologias/ferramentas e sistemas de informação no ambiente computacional da ANCINE, a desatualização tecnológica e a vida útil dos equipamentos, torna-se necessária a atualização dos switches e dos roteadores da ANCINE. Com a finalidade de atender as novas demandas e garantir a disponibilidade, desempenho e segurança do ambiente computacional.

Portanto, entende-se, que a manutenção do atual parque de ativos de redes e telecomunicações é extremamente danosa e prejudicial ao suporte e a entrega dos serviços ao ambiente computacional da ANCINE.

Cenário 2: Realizar uma contratação, via pregão eletrônico, dos ativos de rede e telecomunicações

A DISPONIBILIDADE DE SOLUÇÃO SIMILAR EM OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: os equipamentos são itens comuns de mercado, líderes em seus segmentos, portanto são amplamente utilizados em repartições públicas e empresas privadas. A ferramenta de monitoramento e gerência a ser adquirida é padrão de mercado, não há nenhum componente da solução específico ou incomum, sendo que a mesma deve ser aderente aos equipamentos de hardware a serem adquiridos;

AS ALTERNATIVAS DO MERCADO: todos os itens da solução são padrão de mercado e podem ser fornecidos por diversas de empresas, inexistindo qualquer possibilidade de dificuldade de competição nos respectivos segmentos de mercado;

AS POLÍTICAS, OS MODELOS E OS PADRÕES DE GOVERNO, A EXEMPLO DOS PADRÕES DE INTEROPERABILIDADE DE GOVERNO ELETRÔNICO - EPING, MODELO DE ACESSIBILIDADE EM GOVERNO ELETRÔNICO - EMAG, PADRÕES WEB EM GOVERNO ELETRÔNICO - EPWG, INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL E MODELO DE REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS - E-ARQ BRASIL: não se aplica no cenário apresentado;

AS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Os equipamentos a serem adquiridos já contam com infraestrutura adequada no datacenter e nos andares, bem como já existem cabeamentos de rede e elétrico disponíveis, portanto não existem necessidades de adequação adicionais do ambiente;

OS DIFERENTES MODELOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: os modelos possíveis para atingimento da necessidade da ANCINE já foram debatidos neste Estudo Técnico Preliminar, na seção "Descrição da Necessidade";

OS DIFERENTES TIPOS DE SOLUÇÕES EM TERMOS DE ESPECIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO OU CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS INTEGRANTES: diferentes tipos de soluções, para atingimento da necessidade da ANCINE, já foram amplamente debatidos neste Estudo Técnico Preliminar, na seção "Descrição da Necessidade";

A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO NA FORMA DE BENS OU CONTRATAÇÃO COMO SERVIÇO: conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, na seção "Descrição da Necessidade", foram levantadas diversas possibilidades de mercado para o atendimento à necessidade observada pela Ancine, no entanto chegou-se à conclusão de que a aquisição de novos hardwares comuns de mercado, não específicos para a finalidade de atualização da infraestrutura de redes e telecomunicações, é a melhor alternativa técnica e financeira a ser adotada;

A AMPLIAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA: conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, na seção "Descrição da Necessidade", foram levantadas as possibilidades de mercado para o atendimento à necessidade observada pela ANCINE, e chegou-se à conclusão de que a aquisição de novos hardwares comuns de mercado, não específicos para a finalidade da infraestrutura de redes e telecomunicações, é a melhor alternativa técnica e financeira a ser adotada.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)				X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)				X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?				X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)				X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)				X

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Não houve solução inviável.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Como se trata de uma atualização de toda a infraestrutura de redes e telecomunicações da ANCINE, incluindo a garantia e suporte de 5 (cinco) anos, o custo total de propriedade (Total Cost Ownership - TCO), conforme propostas de preços, é o seguinte:

Considerando a proposta de preços, conforme anexo I:

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Cenário 2	R\$2.349.866,13	0	0	0	0

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Atualização tecnológica dos ativos de rede e de telecomunicações do ambiente computacional da ANCINE.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 2.349.866,13

O Valor total da contratação, conforme estimativa de preços, é de **R\$ 2.349.866,13**.

Item	CATMAT /CATSER	Descrição	Valor Unidade	Qtde	Valor
Switch Core (Item 1)	CATMAT 393274	Comutador de Rede	R\$ 88.185,88	3	R\$ 264.557,63
Switch Acesso (Item 2)	CATMAT 393273	Comutador de Rede	R\$ 108.686,88	16	R\$ 1.738.990,0
Roteador de Borda (item 3)	CATMAT 267353	Roteador médio porte	R\$ 19.595,00	2	R\$ 39.190,0
Módulo transceiver SFP 1000BASE-T Categoria 5 (item 4)	CATMAT 297163	Transceiver cabo de cobre	R\$ 163,19	144	R\$ 23.500,0
Cabo DAC 40GE QSFP+ (item 5)	CATMAT 482232	40GBASE-SR4, com no mínimo 3 metros	R\$ 342,38	8	R\$ 2.739,0
Cabo DAC 10G SFP+ (item 6)	CATMAT 400478	10GBASE-CU, com no mínimo 3 metros	R\$ 52,47	16	R\$ 839,50
Solução de monitoramento e de gerência (item 7)	CATSER 21113	Gerenciamento dos ativos de rede	R\$ 188.050,00	1	R\$ 188.050,0
Serviço de implantação dos ativos de rede (item 8)	CATSER 27570	Implantação dos ativos de rede	R\$ 92.000,00	1	R\$ 92.000,0
Valor Total					R\$

15. Justificativa técnica da escolha da solução

Hoje, estão em funcionamento 28 (vinte e oito) switches, sendo estes, distribuídos entre switches core e acesso, mais 2 (dois) roteadores de borda. Todos estes ativos de rede estão fora de garantia há pelo menos 5 (cinco) anos, e vários já estão obsoletos, sendo que alguns ativos de rede já estão apresentando defeitos de uso.

Dessa forma, considerando a expansão, a inserção de novas tecnologias/ferramentas e sistemas de informação no ambiente computacional da ANCINE, a desatualização tecnológica e a vida útil dos equipamentos, torna-se necessária a atualização dos switches e dos roteadores da ANCINE. Com a finalidade de atender as novas demandas e garantir a disponibilidade, desempenho e segurança do ambiente computacional.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

Através do pregão eletrônico, a escolha será feita pela proposta mais vantajosa economicamente, desde que a licitante vencedora entregue todos os produtos e serviços presentes no Edital e Termo de Referência objeto desta contratação.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Melhorar a qualidade da rede lógica e física de dados.
 - Como exemplo, haverá um incremento no desempenho na transmissão de dados entre as estações de trabalho e os servidores de rede e a Internet;
- Garantir a disponibilidade e desempenho da rede de dados e atender à demanda de crescimento.
- Redução de falhas na transferência de dados.
- Minimizar riscos de perda de dados.
- Estabilidade na conexão com a Internet e Rede Local.
- Substituir todos os equipamentos obsoletos e fora de garantia. Atualmente, todos os ativos de rede (switches e roteadores) estão fora de garantia e vários já obsoletos. O cabeamento apresenta sério desgaste e está obsoleto, também.
- Maior capacidade de processamento de equipamentos de rede, com ambiente de redundância tanto para o acesso interno como para o acesso externo (Internet).
- Atendimento as novas necessidades em decorrência da transformação digital.
- Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos via rede cabeada, sem fio (WIFI) e para futuras implementações de telefonia IP (VoIP).

18. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

1. A referida contratação é viável tendo em vista:
 - 1.1. O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado;
 - 1.2. A certificação orçamentária (a ser providenciada);
 - 1.3. A pesquisa de mercado;
 - 1.4. Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;
 - 1.5. Tratar-se de contratação específica, necessária para propiciar acesso contínuo segurança ao ambiente computacional da Ancine.

20. Responsáveis

Conforme Portaria SGI N.º 252, este servidor foi designado Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação.

TIAGO CONDE PIRES LOPES

Analista Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Proposta Comercial [REDACTED] 2022.0108-V5-1011.pdf (1.56 MB)

**Anexo I - Proposta Comercial [REDACTED] 2022.0108-
V5-1011.pdf**



PROPOSTA COMERCIAL

SWITCHES

ANCINE - 2022/0108 V2

2022

SUMÁRIO

SOBRE A [REDACTED]	3
PORTFÓLIO	4
PRÊMIOS E RECONHECIMENTO	4
PARCEIROS TECNOLÓGICOS	5
CLIENTES	5
PROPOSTA COMERCIAL	6
TERMO DE ACEITE	7

Rio de Janeiro, 10/Nov/22.

Ao Ancine – Agência Nacional do Cinema

Prezado(a) Tiago Conde Pires

Agradecemos a oportunidade de apresentarmos nossa Proposta Comercial de produtos e serviços.

SOBRE [REDACTED]



NOC – Network Operations Center

[REDACTED] possui um NOC de última geração. E por meio de nosso NOC que realizamos os serviços de monitoramento, gerenciamento e suporte do ambiente de TI de nossos clientes. Além da tecnologia de ponta, o componente fundamental de nosso NOC é a equipe altamente treinada e especializada nos diferentes ativos presentes nos ambientes de nossos clientes.



PORTFÓLIO

- Cisco
- Vmware
- Fortinet
- Veeam
- Microsoft
- Nutanix
- Dell
- Lenovo
- HP
- Symantec

- Security Assessment
- Network Assessment
- Pentest
- Análises de Vulnerabilidades
- Consultoria LGPD
- Campanhas de Conscientização
- Site-Survey Wireless
- Hiperconvergência
- Cloud
- Soluções de Colaboração

- **SNOC**
 - Monitoramento
 - Resposta a Incidentes
 - Gerenciamento

PRÊMIOS E RECONHECIMENTO



PARCEIROS TECNOLÓGICOS

Somos parceiros dos principais fabricantes do mercado e conseguimos assim atender a todas as verticais do nosso portfólio com qualidade.



CLIENTES

A Nereidas conta com uma base de clientes de diferentes verticais de negócios. Isso nos permite ter contato com o mercado e oferecer soluções que façam sentido para as diferentes necessidades de cada empresa.



6

Opção1:

[illegible]

